



Número: **0834445-40.2019.8.18.0140**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **21/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 6.412,50**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
PAULO SERGIO FERREIRA GOMES (AUTOR)		JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
10846325	17/07/2020 12:16	Despacho	Despacho
9833171	21/05/2020 16:48	Certidão	Certidão
7786727	26/03/2020 14:23	Despacho	Despacho
7383232	28/11/2019 09:53	Certidão	Certidão
7375123	27/11/2019 17:17	Petição Inicial	Petição Inicial
7375125	27/11/2019 17:17	01-PETIÇÃO INICIAL-PAULO SÉRGIO FERREIRA GOMES	Petição
7375127	27/11/2019 17:17	02-Documentos Pessoais	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7375130	27/11/2019 17:17	03-CTPS Ultimo Vinculo	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7375131	27/11/2019 17:17	04-Oficio 187-2013-CGJ-JUSTIÇA-GRATUITA-LEI-1060-de-1950	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7375132	27/11/2019 17:17	05-Laudos Médicos, B.O, SAMU e Outros	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7375134	27/11/2019 17:17	06-Prontuario Médico Hospitalar HUT	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7375135	27/11/2019 17:17	07-Prontuario Médico Hospitalar HGV	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
7375136	27/11/2019 17:17	08-Informações do Sinistro nº 3170-310410	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

5ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0834445-40.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando a Portaria nº 2124/2020 - PJPI/TJPI/SECPRE, de 14 de julho de 2020, que prorroga o regime de teletrabalho até 09 de agosto de 2020, em razão da pandemia de Covid-19, e na esteira da Resolução nº 318/2020 do Conselho Nacional de Justiça e das normas e princípios que impõem a razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII, CF/88; art. 4º, CPC), sem prejuízo de medidas não presenciais visando a conciliação e composição das partes (art. 3º, §§ 2º e 3º, CPC), deixo de designar, excepcionalmente, a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC.

Cite-se a parte ré, de preferência na forma do art. 246, § 1º, do CPC, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

Em seguida, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da contestação e eventuais documentos apresentados pela ré.

As partes ficam advertidas que caso possuam interesse em conciliar poderão oferecer proposta de acordo através de simples petição nos autos, oportunidade em que a parte contrária será intimada para manifestar concordância ou ofertar contraproposta.

Intime-se. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 17 de julho de 2020.

EDVALDO DE SOUSA REBOUÇAS NETO

Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

5º Cartório Cível da Comarca de Teresina

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0834445-40.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

CERTIFICO QUE, nesta data, procedo com a redistribuição do processo supra, para a Secretaria da 5ª Vara Cível, conforme Despacho de ID nº. 7786727.

O referido é verdade e dou fé.

TERESINA-PI, 21 de maio de 2020.

PAULO HENRIQUE RIBEIRO DO NASCIMENTO
5º Cartório Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

1º Cartório Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0834445-40.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Defiro o pedido de gratuidade da justiça, face ao preenchimento dos requisitos autorizadores.

Desta feita, determino que o Cartório efetue a redistribuição do presente feito à Secretaria desta Vara, conforme previsto na Resolução 15/2009, Art.2º, §1º, bem como Portaria 487/2009, Art.3º, §§ 2º e 3º, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Cumpra-se.

ATOS DE SECRETARIA:

~~Realizada a redistribuição do feito para a Secretaria da Vara, o Juiz de Direito determinou que o Cartório efetue a redistribuição do presente feito à Secretaria desta Vara, conforme previsto na Resolução 15/2009, Art.2º, §1º, bem como Portaria 487/2009, Art.3º, §§ 2º e 3º, ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Cumpra-se.~~

Teresina, 26 de março de 2020.

EDVALDO DE SOUSA REBOUCAS NETO

Juiz de Direito





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

5º Cartório Cível da Comarca de Teresina

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0834445-40.2019.8.18.0140

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Seguro]

AUTOR: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certidão de Triagem

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação. Certifico mais que, revendo os autos, constatei um pedido de justiça gratuita, motivo pelo qual faço sua conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 28 de novembro de 2019.

MARIA DE LOURDES FEITOSA SILVA
5º Cartório Cível da Comarca de Teresina



PETIÇÃO INICIAL EM PDF ANEXO





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N°12. 813

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
TITULAR DA ____ª VARA CÍVEL DO FÓRUM CENTRAL DA COMARCA DE
TERESINA/PI**

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT -
INVALIDEZ TOTAL - LIMITAÇÃO
FUNCIONAL DO MEMBRO SUPERIOR
DIREITO E DO QUADRIL COMPROMETIDOS
EM 100% - PEDIDO DE INDENIZAÇÃO PAGO
A MENOR - PAGAMENTO INTEGRAL DO
VALOR DE 13.500,00**

PAULO SÉRGIO FERREIRA GOMES, brasileiro, solteiro, portador do RG n°: 2169465 SSP/PI e do CPF/MF n°:007.435.833-29, residente e domiciliado na Rua Lucrécio Dantas Avelino, n°: 720, Bairro: Água Mineral, Cidade: Teresina-PI vem com a máxima deferência, através de seu procurador e advogado "in fine" firmado, constituído e qualificado em outorga anexa (doc. 01), com escritório no endereço constante em nota de rodapé local onde recebe as intimações e/ou notificações de estilo (artigo 287, do NCPC), à elevada presença de Vossa Meritíssima, para propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO
DPVAT POR INVALIDEZ ADVINDOS DE ACIDENTE DE TRANSITO**

em face **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n° 09.248.608/0001-04, sediada na Avenida Senador Dantas, n° 74, 5° andar - centro, Rio de Janeiro/RJ - CEP: 200312-205, com arrimo na LEI N° 6.194, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1974, alterada pela Lei 8441/92 e com base nos fatos e fundamentos jurídicos que ora se seguem:

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12.813

PRELIMINARMENTE

I - DO DEFERIMENTO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.

A priori, faz-se necessário o requerimento do benefício da gratuidade da justiça, pois a autora faz jus a tal benefício, haja vista que a mesma não possui rendimentos suficientes para custear às despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Assim, a parte Autora junta com a presente afirmação de pobreza, nos termos do Art. 4º, da Lei 1.060/50, onde basta a afirmação de que não possui condições de arcar com custas e honorários, sem prejuízo próprio e de sua família, na própria petição inicial ou em seu pedido, a qualquer momento do processo, para a concessão do benefício, pelo que nos bastamos do texto da lei, in verbis;

Art. 4º. A parte gozará dos benefícios da assistência judiciária, mediante simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de pagar às custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família. (Redação dada pela Lei nº 7.510, de 1986).

§ 1º. Presume-se pobre, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei, sob pena de pagamento até o décuplo das custas judiciais.

Considera-se necessitado, para os fins legais, todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento próprio ou da família na forma do parágrafo único do art. 2º, da Lei 1.060/50.

Para gozar dos benefícios da assistência judiciária, basta à parte requerente incluir, na própria petição inicial, simples afirmação de não estar em condições de pagar às custas do processo e os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio ou de sua família, consoante disciplina o art. 4º, §1º, da Lei 1.060/50, onde quem afirmar tal condição presume-se POBRE, no sentido legal até prova em contrário.

Neste íterim a que se mencionar que esse benefício é constitucional, previsto em nossa Constituição Federal, sobre a sobra do art. 5º, XXXV e LXXIV, sendo este uma benesse constitucional, encaixa-se o autor perfeitamente em sua graça.

Nesta esteira o novo Código de Processo Civil, trouxe consigo um sistema inovador que foi a previsão da concessão da benesse da gratuidade da justiça, rotulado no art. 98 do novo Códex Processual Civil.

Há que mencionar também que a Corregedoria Geral da Justiça, já lançou Ofício Circular a todos os Magistrados do Estado, solicitando que os mesmos concedam o benefício ante o preenchimento dos pressupostos para sua concessão. Assim o autor anexa aos autos cópia do Ofício Circular n°: 187/2013-CGJ, [**Doc. Anexo**].

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12. 813

Diante de tantas obrigações o autor não vê outra saída senão segurar no braço firme da nossa fraterna Justiça, assim ficando claro que o mesmo não detém recursos suficientes para custear o trâmite deste processo sem tirar do sustento e manutenção da sua família. Portanto, pugna-se aqui pelo deferimento da Gratuidade da Justiça e a antecipação de tutela por restar comprovado sua hipossuficiência de recursos financeiros.

II - DA AUTENTICIDADE DOS DOCUMENTOS.

Ainda em sede de preliminar, a peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC, in verbis:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Assim sendo uma faculdade, imposta como meio de facilitar o prosseguimento do feito, é que de pronto fica declarada a autenticidade das cópias e documentos integrantes da presente peça.

DOS FATOS

O presente caso trata-se de vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 05 de janeiro de 2017, em que o demandante vinha a trafegar conduzindo uma motocicleta HONDA/CG, Ano 2016/2016 de placa PIV-5622, quando um outro veículo não identificado fechou o cruzamento com Av. Ininga e colidiu em sua motocicleta ocasionando o referido acidente. **[Doc. Anexo]**.

Neste interim, o ora Requerente fora levado ao Hospital de Urgência de Teresina (H.U.T), **após os exames fora identificado diversas fraturas MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO (OMBRO, COTOVELO) E QUADRIL (FRATURA DO ACÉTABULO, ALECRANIO)**, onde fora submetido a procedimentos cirúrgicos para a fixação de placa e parafusos metálicos, e que ao final **restou comprometido à limitação funcional dos membros em 100%**, conforme prontuário médico N°463405 anexos, **[Doc. Anexo]**.

Dirigiu-se o Autor à sede da seguradora requerida de posse de vários documentos exigidos por lei para liberação do Seguro DPVAT, a que tem direito junto à **SEGURADORA LÍDER**, responsável pela regulação das indenizações de seguro DPVAT através de pedido administrativo n° 3170310410 ASL-0216888/17 tendo seu pedido de indenização **PAGO DE FORMA DESPROPORCIONAL AO GRAU DE LIMITAÇÃO APRESENTADO**, recebendo da requerida o valor ínfimo de **R\$: 7.087,50 (sete mil oitenta e**

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12.813

sete reais e cinquenta centavos], conforme demonstrativo administrativo anexo, [Doc. Anexo].

Desta forma deverá ser pago ao requerente o valor da diferença integral da indenização de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**. Portanto, recorre à parte Autora, agora, aos braços da Justiça, para fazer valer seu direito à indenização por invalidez, na forma da fundamentação a seguir colacionada.

DO DIREITO

III - DO INTERESSE DE AGIR. VIA ADMINISTRATIVA INADEQUADA. IRREGULARIDADES NO PAGAMENTO LEVA AO AJUIZAMENTO PARA COBRANÇA DE DIFERENÇAS.

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. 5º, XXXV, da CF.

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO. 1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária. 2. **A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial.** Dado provimento ao apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível N° 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível N° 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12.813

Contudo, para afastar quaisquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro **DPVAT**, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é **OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO**:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).
- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, os profissionais têm que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder diligência e faz todos os esforços junto ao governo federal, câmara dos deputados e ao senado, para aprovarem medidas provisórias e leis, que só visam ao lucro para o convênio DPVAT e sempre em detrimento das vítimas.

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotivá-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem, contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas, esse princípio, resguarda o jurisdicionado no direito, por exemplo, de discutir judicialmente, justamente por conta dessas situações acima expostas.

IV - DO AFASTAMENTO DA CARÊNCIA DA AÇÃO. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERICIA PELO CONVÊNIO COM TJPI Nº 69/2015.

É crucial trazer à baila processual que a inexistência do laudo pericial do Instituto Médico Legal, no qual aponta o percentual e grau de invalidez decorrentes do acidente de trânsito, não inviabiliza a propositura da presente demanda e o seu andamento, eis que existem outros meios de comprovar as sequelas apresentadas em decorrência do acidente.

Desta forma e pensando em dirimir com certa rapidez e agilidade os milhares de processos que transitam e são propostos diariamente no Estado, o Tribunal de Justiça do Piauí, firmou convênio com a Seguradora Líder de nº 69/2015, através do qual o Douto Magistrado, responsável por dirimir a lide em que a líder, figura no polo passivo da ação, poderá marcar uma perícia médica judicial, com perito de confiança e nomeado pelo Juiz, e a seguradora arcará com os honorários periciais.

Outro ponto a ser mencionado é que o Requerente é pessoa pobre e humilde que provem de grandes recursos financeiros, e que necessita com urgência de reanálise judicial, a fim de uma apreciação judicial lhe traga um melhor conforto psíquico e financeiro, uma vez que os pagamentos realizados pela via administrativa, muitas vezes beiram o ridículo de pagamentos para a sequela apresentada, gerando inconformismo e transtornos ao segurado.

Desta forma MM. Juiz, é que há de ser afastada a tese da carência da ação pela não realização do laudo pericial do I.M.L, além do mais os laudos e exames médicos anexados nos autos, suprem a carência do referido laudo, já que foram confeccionados por profissionais legalmente habilitados e capazes e que possuem coerência e clareza suficientes para nortear o nobre julgador.

Veja Insigne Excelência, que este é o entendimento dos diversos Tribunais do País, conforme farta jurisprudência confeccionada abaixo:



Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12. 813

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). PRELIMINARES DE CARÊNCIA DE AÇÃO E AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUE COMPROVE A QUANTIFICAÇÃO DA INVALIDEZ. REJEITADAS. VALOR DA INDENIZAÇÃO FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS LEGAIS. VERACIDADE DO DOCUMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA EX OFFICIO. SÚMULA 43 STJ. APELO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE. I

- O pagamento realizado pela via administrativa não inviabiliza a demanda judicial pleiteando a complementação do valor devido a título de seguro DPVAT. II - Rejeita-se, do mesmo modo, a preliminar de ausência de laudo do IML que comprova a quantificação da invalidez, uma vez que os relatórios médicos, como meio de prova, são aptos a comprovar a ocorrência do acidente automobilístico e o grau da lesão sofrida, o qual é taxativo ao esclarecer que o apelado encontra-se com deformidade e limitações do membro superior direito. III - No mérito, verifico que também não assiste razão ao apelante, pois o art. 5º, § 1º, alínea b da Lei n.º 6.194/74 enumera os documentos necessários ao resgate do Seguro Obrigatório DPVAT, sendo que tais documentos se encontram nos autos. IV - Os juros de mora são devidos a partir da citação, nos termos da Súmula n.º 426 do STJ, momento em que a seguradora foi constituída em mora, conveniente estes a serem pagos no patamar de 1% (um por cento) ao mês, tudo nos termos dos arts. 405 e 406 do Código Civil. Correção monetária, nos termos da Súmula 43 do STJ. V - Sentença mantida VI - Apelo conhecido e improvido. Unanimidade. (TJ-MA - APL: 0064642014 MA 0004094-37.2012.8.10.0027, Relator: RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, Data de Julgamento: 09/06/2014, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/06/2014)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO SUMÁRIA DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR - INOCORRÊNCIA DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA - CARÊNCIA DA AÇÃO POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PRELIMINARES REJEITADAS - COMPROVAÇÃO DA INVALIDEZ E DO GRAU DE REDUÇÃO FUNCIONAL - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO DANO - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE.

A cobrança judicial da indenização do seguro DPVAT não está condicionada ao prévio esgotamento da via administrativa pelo beneficiário, pois a Constituição Federal, no seu art. 5º, inciso XXXV, dispõe que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. A falta de laudo médico comprovando a quantificação e grau das lesões permanentes do autor não configura carência da ação, que somente se verifica quando ausentes os pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, bem como as condições da ação, como a possibilidade jurídica do pedido, a legitimidade das partes e o interesse processual. Se a cópia do laudo médico apresentado pelo autor e demais documentos não impugnados, demonstram as lesões decorrentes de acidente automobilístico e delimitam o grau da redução funcional por ele apresentado, desnecessária a realização de

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12. 813

perícia. Comprovada a invalidez parcial permanente, o pagamento do seguro DPVAT deve, por igual, observar a respectiva proporcionalidade. **(TJ-MT - APL: 00847669120098110000 84766/2009, Relator: DES. JURANDIR FLORENCIO DE CASTILHO, Data de Julgamento: 23/03/2010, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 23/04/2010)**

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO SECURITÁRIA - SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. - ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE AÇÃO, POR AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - GRAU DE INVALIDEZ QUE NÃO SE DISCUTE NOS AUTOS, LIMITANDO-SE A DISCUTIR O DIREITO A COMPLEMENTAÇÃO - EXPRESSA MANIFESTAÇÃO DA REQUERENTE NO SENTIDO DE NÃO DESEJAR A REALIZAÇÃO DE NOVA PERÍCIA - CONCORDÂNCIA TÁCITA COM O GRAU APURADO NA PERÍCIA ADMINISTRATIVA. - DA ALEGAÇÃO DE QUE NÃO HÁ PROVA DA INVALIDEZ - PAGAMENTO ADMINISTRATIVO QUE COMPROVA A INVALIDEZ DA AUTORA. - INDENIZAÇÃO DPVAT POR INVALIDEZ QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO GRAU DA INVALIDEZ SUPORTADA - EXEGESE DO ART. 3º, 'B', DA LEI 6.194/74 - PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE SEGUINDO O MESMO ENTENDIMENTO - JULGADO MODIFICADO NO SENTIDO DE NEGAR O DIREITO DA REQUERENTE AO RECEBIMENTO DE QUALQUER COMPLEMENTAÇÃO. - ÔNUS SUCUMBENCIAIS INVERTIDOS, OBSERVADAS AS DISPOSIÇÕES DA LEI 1.060/50. RECURSO DE APELAÇÃO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. **(TJ-PR - AC: 7740354 PR 0774035-4, Relator: Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 05/05/2011, 8ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 632)**

Desta forma é que requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L, tendo em vista outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, a precária condição financeira do Autor, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

Como se sabe ações de natureza indenizatórias decorrentes de acidentes de trânsito, apesar de não exigirem grande complexidade, é imprescindível que haja a produção de prova pericial, para que seja avaliado o grau de seqüela e a extensão do dano a serem calculados em percentual exigido para pagamento da referida indenização.

Foi pensando nisso que Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Piauí, firmou parceria junto a requerida para pôr fim as milhares de ações existentes no Estado, como meio acelerar o Judiciária e até mesmo garantir o correto pagamento da indenização, firmando assim o convênio 69/2015.

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12. 813

V - DAS PROVAS NECESSÁRIAS. SEGURO DPVAT DIREITO ASSISTENCIAL QUE INDEPENDE DE CULPA.

O direito à indenização está vinculado apenas à comprovação, pelo Autor, da ocorrência do acidente e do dano daí decorrente, independentemente de culpa e mediante a apresentação da documentação exigida no art. 5º, da Lei nº 6.194/74;

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação supramencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º - **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa**, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor da época da liquidação do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de quinze dias da entrega dos seguintes documentos: Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

a) OMISSIS

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais. (OMISSIS)

[...]

§4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

§5º O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças. Redação da LEI Nº 8.441, DE 13 DE JULHO DE 1992).

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12.813

cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

É por demais farta a documentação acostada à Inicial fazendo prova verídica do ocorrido, tendo, o Requerente, direito a indenização por danos pessoais em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). É o que demonstra o dispositivo a seguir:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem por pessoa vitimada:

(...) OMISSIS

R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11.482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

VI - DA INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DA LEI 11.482/07. PARÂMETRO PARA APLICAÇÃO DA TABELA E PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL.

A discussão acerca da constitucionalidade da Lei 11.482/07, que alterou a Lei 6.194/74, cinge-se sobre a estagnação do valor indenizatório na medida em que estabeleceu um valor fixo em contraposição a regra anterior que previa um valor variável a depender do salário-mínimo vigente.

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12.813

Analisando detidamente a Lei 6.194/74, com redação alterada pela Lei 11.482/07, visualiza-se a inconstitucionalidade pelos motivos a seguir elencados. Dispõem os artigos 3º, II da citada Lei:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

[...]

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

Ademais ressalta-se que para o dever de indenizar por parte da Requerida, basta a simples **PROVA DO ACIDENTE** e do **DANO DECORRENTE**, conforme insculpido no art. 5º, §1º e §7º, da supracitada lei:

Art. 5º - O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007).

[...]

§7º Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).

Estudando-os minuciosamente o tema não se enxerga a devida atualização do valor indenizatório nos eventos previstos na lei, em seu art. 3º.

Vejamos: Por exemplo, o artigo 5º, §7º, citado acima elucida que apenas as indenizações cumpridas fora do prazo para pagamento serão corrigidas monetariamente, não havendo dispositivo de lei expresso que determine a atualização do valor do teto das indenizações securitárias prevista na supracitada lei, como ocorria anteriormente com as atualizações do salário-mínimo na vigência da Lei 6.194/74.

Referida atualização só será possível por uma interpretação ampliativa do CNSP à lei, que se diga, por ser órgão administrativo, não poderá regulamentar o que não está na lei. Anteriormente, o segurado além de ter a indenização variável de acordo com o salário-mínimo, pois a Lei 6.194/74 fixava a indenização naquele, tinha também a correção monetária do valor a ser pago, como nos casos de complementação de indenização, da data do pagamento administrativo a menor.

Com a Lei 11.482/07, extirpada foi aquela primeira atualização e mais significativa do título do seguro, ou seja, de acordo com o salário-mínimo,

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12. 813

esse aumentado gradativamente pelo Governo Federal com a justificativa de correção devido a inflação, no entanto, não servindo mais hoje de parâmetro para as indenizações securitárias. Com a nova Lei, só se corrige o valor do fixado nessa (R\$ 13.500,00), **e este, é inalterável.**

Na Lei originária (nº 6.194/74), o cálculo do seguro era com base nos 40 maiores salários-mínimos vigentes à época da liquidação do sinistro, enquanto que com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/07, o valor foi fixado em R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este estático, com correção a incidir a partir da época do sinistro, ficando evidente a desvantagem para o segurado com a adoção da nova lei quando do cálculo do valor final a ser recebido, como já manifestado.

Percebe-se, desse modo, que a alteração legislativa violou o princípio do não-retrocesso social, pois a idéia por detrás do referido princípio é fazer com que o Estado sempre atue no sentido de melhorar progressivamente as condições de vida da população. Qualquer medida estatal que tenha por finalidade suprimir garantias essenciais já implementadas para preservar/melhorar a dignidade humana deve ser vista com reserva se, somente pode ser aceita, se outros mecanismos mais eficazes (e igualmente vantajosos) para alcançar o mesmo desiderato forem adotados, o que não ocorreu na hipótese.

Hoje, há a certeza da aplicação do presente princípio no ordenamento jurídico brasileiro. Não apenas pela interpretação evolutiva dos direitos fundamentais, mas também (e principalmente) pela máxima efetividade destes (artigo 5º, §1º, da Constituição Federal) e pela inserção, dentre os objetivos da República, do desenvolvimento nacional (artigo 3º, inciso II, da Constituição).

Ademais, a constitucionalidade da referida Lei, tal como já comparado acima vai defasar (engessar) o valor da indenização securitária aponto desta indenização um dia ser módica para as Seguradoras que recebem por cada veículo automotor, variando o valor do prêmio pagos a si de acordo com o tipo de veículo, tal como se percebe em consulta ao site do Seguro DPVAT.

Na seara do direito internacional, o Brasil foi signatário dos seguintes tratados que reconhecem os direitos sociais como direitos humanos fundamentais, a exemplo da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), Protocolo de São Salvador (1988) adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) e o Pacto de São José da Costa Rica, sendo que neste último, acolheu expressamente o princípio do não retrocesso social, também chamado de aplicação progressiva dos direitos sociais, princípio esse elucidado anteriormente.

Neste diapasão, constata-se que, de fato a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07 está configurada, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais.

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N° 12.813

VII - DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

O Novo Código de Processo Civil, previu em seu art. 85, a possibilidade da parte vencida arcar com honorários do advogado da parte vencedora, como meio de amortizar os danos causados decorrentes de despesas e atos do processo, *in verbis*.

Art. 85. A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor.

§ 1º São devidos honorários advocatícios na reconvenção, no cumprimento de sentença, provisório ou definitivo, na execução, resistida ou não, e nos recursos interpostos, cumulativamente.

§ 2º Os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação, do proveito econômico obtido ou, não sendo possível mensurá-lo, sobre o valor atualizado da causa, atendidos:

I - o grau de zelo do profissional;

II - o lugar de prestação do serviço;

III - a natureza e a importância da causa;

Este também já vem sendo o entendimento jurisprudencial de nossos tribunais superiores, de que a parte vencida, vejamos alguns julgados:

EMBARGOS DE TERCEIROS. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. CUSTAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PELA PARTE VENCIDA. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELAÇÃO PROVIDA EM PARTE. HONORÁRIOS REDUZIDOS.

1 - À luz do princípio da causalidade, as custas e os honorários advocatícios devem ser suportados pela parte que restou vencida na ação. 2 - Apesar dos argumentos suscitados pela União Federal/Fazenda Nacional em sentido contrário, o certo é que a penhora foi realizada equivocadamente em razão de endereço fornecido pela União, não podendo a mesma se eximir dessa responsabilidade. 3 - Para que a Apelante não fosse condenada nos encargos de sucumbência, não poderia ter contestado a ação, resistindo à pretensão da embargante. 4 - Ademais, incumbe ao exequente indicar os bens à penhora. Em caso de negativa, bens de terceiros podem vir a ser constritos, sujeitando-se, por conseguinte, o exequente, aos eventuais ônus sucumbenciais decorrentes da desconstrução por meio de embargos de terceiros. 5 - Segundo o art. 20, § 4º, do CPC, vencida a Fazenda Pública, os honorários podem ser arbitrados em valor fixo ou percentual, consoante apreciação equitativa do juiz e observado o contido nas alíneas a, b e c do art. 20, § 3º, da lei processual civil. 6 - Apelação provida em parte. (TRF-2 - AC: 199851010409295 RJ 1998.51.01.040929-5, Relator: Desembargador Federal LUIZ ANTONIO SOARES, Data de Julgamento: 08/09/2009, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: DJU - Data: 07/10/2009 - Página: 86)

Desta forma requer, a condenação da Requerida ao pagamento de 20%, sobre o valor da condenação a título de honorários advocatícios sucumbenciais, conforme disposto no art. 85 do NCPC.

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI N°12. 813

DOS PEDIDOS

Seja recebido e registrado e concedidos os pedidos da presente ação, designando-se, desde logo, audiência de conciliação, citando-se a empresa Ré, na pessoa de seu representante legal, para querendo conteste todos os termos da presente demanda no prazo de 15 dias nos termos do art. 335 do NCPC, devendo a defesa está acompanhada dos estatutos sociais e demais provas;

1. - Requer a concessão ao Autor dos benefícios da Justiça Gratuita, em todas as fases do processo inclusive no caso de interposição de recurso, por ser o mesmo pobre no sentido legal, não podendo arcar com quaisquer custas ou despesas processuais conforme estabelece a Lei 1.060/50, art. 5º, XXXV e LXXIV da CF/88, art. 98 do NCPC e Ofício 187/2013 - CGJ;

2. - Frustrada a conciliação ou decretada à revelia, seja acolhido o pedido na íntegra condenando a empresa ré ao pagamento da diferença integral da indenização no valor de R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que totaliza o valor de **R\$: 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, atualizados à data de liquidação do sinistro (art. 5º, §1º da lei 8.441/92) condenação a título de *quantum* indenizatório por Danos Pessoais por invalidez permanente;

3. - Seja a Requerida compelida a juntar nos autos, cópia integral do processo administrativo, que resultou no pagamento ao Autor de quantia inferior ao devido, sob pena de ter contra si investido o ônus da prova;

4. - Requer, em sede de controle difuso de constitucionalidade, seja declarada a inconstitucionalidade do artigo 8º da Lei 11.482/07, pois atenta diretamente ao princípio do não retrocesso social e as garantias constitucionais, bem ao mínimo existencial dos direitos sociais, devendo ser aplicado o artigo 3º da Lei 6.194/74 ao caso e, somente subsidiariamente, a diferença com base no valor de **R\$: 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

5. - Requer, ainda, que seja aplicada a multa prevista na resolução nº 14 da SUSEP de 25.10.95 publicada no DOU de 06.03.98 em caso de não pagamento do valor da condenação no prazo de 15 dias após o trânsito em julgado desta ação.

6. - O peticionante declara que os documentos e cópias reprográficas e reproduções digitais das peças que compõe a presente exordial, são autênticos e conferem sua integralidade com os originais, sendo declarado por expressa liberalidade do causídico, conforme preceitua o art. 425, IV, do NCPC.

7. - Requer desde já seja afastada eventual alegação por parte da Requerida de carência da ação pela falta de realização do laudo do I.M.L, tendo em vista a precária condição financeira do Autor e outros meios pelos quais poderá ser apurada o grau de limitação do membro afetado, principalmente com a realização da **PERICIA JUDICIAL PELO CONVENIO**

Rua Henrique Dias, N°: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com





Procedômio Sociedade Individual de Advocacia

Dr. José Francisco Procedômio da Silva
OAB/PI Nº 12.813

69/2015, firmada entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, bem como os laudos e exames médicos são perfeitamente capazes de elucidar o livre convencimento no Nobre Julgador.

8. - Requer ainda seja condenada a requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios sucumbenciais em 20%, sobre o valor da condenação, conforme art. 85, do NCPC.

9. - Por último caso entenda necessário por parte de Vossa Excelência, **seja decretada perícia médica judicial para que seja constatada a gravidade da lesão decorrente do acidente**, pelo convênio 69/2015 realizado entre o Tribunal de Justiça do Piauí e a Seguradora Líder, para que ao final seja paga ao Requerente a quantia que é de direito.

Protesta e Requer provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, especialmente documental, testemunhal, cálculos e depoimento pessoal do representante da Requerida, e por outros que por ventura vierem a ser necessárias no decorrer do processo.

Dá-se à presente o valor de **R\$: 6.412,50 (seis mil quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, para fins meramente fiscais.

Termos em que respeitosamente,

Pede e espera deferimento.

Teresina/PI, 20 de novembro de 2019.

JOSÉ FRANCISCO PROCEDÔMIO DA SILVA
-OAB/PI 12.813-

Documento assinado eletronicamente
(Art. 2º da Lei nº 11.419/2006)

Rua Henrique Dias, Nº: 790 - Bairro: Vermelha - Teresina - PI - (CEP: 64.019-330)

Fone: (086) 99528-6961/ 99817-4512

E-mail: procedomio@hotmail.com



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO

Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

DOC. IDENTIDADE / Org. EMISSORA: 2169465 SSP. PI

CPF: 007.435.833-29 DATA NASCIMENTO: 22/06/1984

FILIAÇÃO: JOAO FERREIRA GOMES
MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES

PERMISSÃO: ☒ COND. ☐ ACC. ☐ CAT. ☐ AD. ☐

PREVISTO: 02293841942 VALIDEZ: 26/12/2018 HABILITAÇÃO: 10/12/2002

Observações:

Paulo Sergio Ferreira Gomes
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL: TERESINA DATA DE EMISSÃO: 13/01/2014

Antônio Manoel da Silva
ASSINATURA DO EMISOR

88067466245
F1313440093

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 863846547

863846547



Aguas de Teresina
Nossa água muito bem tratada

CNPJ 27157474000106 - I.E. 151450739
Av. Odilon Araújo, 1035, Pícarra - CEP 64017-280, Teresina - PI
Telefones: 0800 223 2000 ou 115 / (86) 98124-3199

INSCRIÇÃO 12245135-0 FATURA Nº 151450739
MÊS/ANO 5/2018

NOME/ENDEREÇO: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES
MORADOR
RUA LUCRECIO DANTAS AVELINO, 729-AGUA MINERAL-TERESINA-PI-cep: 64007500

CONSUMO 011-00024-003335 CÍDADO 011 NÚMERO DO MEDIDOR 0041523743

HISTÓRICO DE CONSUMO	MÊS/ANO	LITROS	FATURA Nº
02-2018	Lido	04	10
01-2018	Minimo	01	10
12-2017	Lido	20	20
11-2017	Minimo	07	10

CONSUMO MÊS M3
18/05/2018 1524
ANTERIOR 18/05/2018 1524
ATUAL

VALOR REFERENTE ÁGUA - 31,45
> Residencial-Normal 11,0 m3 31,45

TABELA DE TARIFAS
RESIDENCIAL 2,0518 R\$
FAZDA DE CONSUMO R\$/M3 E (%)
15 99,9999 8,5006 50

NÃO RESIDENCIAL
FAZDA DE CONSUMO R\$/M3 E (%)

DESCRIZÃO DOS SERVIÇOS DA FATURA
TOTAL A PAGAR 31,45

IRREGULARIDADES / ANOMALIAS

NOSSOS ARQUIVOS ACUSAM(AM) O DEBÍTO(S). ATENÇÃO - SUJEITO A CORTE.
PROCURE A LOJA DE ATENDIMENTO.

NOTIFICAÇÃO

Após 30 dias do vencimento, o não pagamento desta fatura ocasionará a suspensão dos serviços, conforme Lei Federal nº. 11.445/2007, Art. 40, inciso V e nº. 8.987/85, Art. 6º, §3º, inciso II.

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	MÉDIA	0,20 a 5,00 mg/L
CLORO LIVRE	2837	2169	668	11,57	Inferior a 15,00
COR APARENTE	3396	2634	762	6,29	0,00-9,50
PH	3373	2952	421	2,97	Inferior a 5,00
TURBIDEZ					

PARÂMETROS	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS EM CONFORMIDADE	AMOSTRAS EM DESCONFORMIDADE	Ausente	Ausente
COLIFORMES TOTAIS	919	919	0	Ausente	Ausente
ESCHERICHIA COLI					

18/05/2018 13:53

DATA DA EMISSÃO: HORA DA EMISSÃO:

C 1,33 20160518135334

Aguas de Teresina

INSCRIÇÃO 12245135-0 FATURA Nº 151450739
MÊS/ANO 5/2018

VENCIMENTO 30/05/2018 VALOR A PAGAR 31,45

00201815145-2-07390100104-7



*** AVISO DE DÉBITO ***

Prezado cliente, Não identificamos o pagamento do(s) débito(s) abaixo. Neste modo, solicitamos que regularize sua situação junto a nossa empresa, ou faça contato para esclarecimentos através do 0800 223 2000. Os encargos correspondentes aos débitos listados serão cobrados na próxima fatura.





ALTERAÇÃO
(Com relação no

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Nome

Doc.

Est. Civil

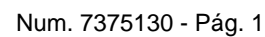
Doc.

Est. Civil

Doc.

Nascimento

Doc.



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador CNPJ: 13.282.804/0001-73
Restaurante e Pizzaria Gruz Ltda.
 CNPJ/ME Av. Lindolfo Monteiro N° 2020 A
Ribeirão Preto - SP - 13052-870
 Rua Tereza Prati
 Município Insc. Estadual 19.483.399-5
 Esp. do estabelecimento Pizzaria
 Cargo CBO n° 5136-10
 Data admissão 01 de Dezembro de 2011
 Registro n° Fls/Ficha
 Remuneração especificada R\$ 581,00 (Quin)
Ass. do empregador ou a rogo c/est.
Sandra Pereira S. Oliveira
Ass. do empregador ou a rogo c/est.
Sandra Pereira S. Oliveira
 Data saída 01 de Dezembro de 2012
Ass. do empregador ou a rogo c/est.
Sandra Pereira S. Oliveira
 Com. Dispensa CD N°

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Inscrição no Cad. ICMS
19.483.315-5
 CNPJ/ME R. do Araújo Leite Comércio
CEP 13052-870
 Rua CEP 54.012-500 - Ribeirão Preto
 Município CNPJ 07.810.118/0001-24
 Esp. do estabelecimento Serviço Porteiro
 Cargo Pizzaiolo
 Data admissão 01 de Dezembro de 2011
 Registro n° Fls/Ficha
 Remuneração especificada R\$ 581,00 (Quin)
Ass. do empregador ou a rogo c/est.
Deusdeth de Araújo Leite
 Data saída 01 de Dezembro de 2012
Ass. do empregador ou a rogo c/est.
Deusdeth de Araújo Leite
 Com. Dispensa CD N°



14

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador CNPJ: 13.282.804/0001-72
Restaurante e Pizzaria Gruz Ltda.
 CNPJ/ME Av. Lindolfo Monteiro N° 2020 A
Horto Pires - CEP: 54052-810
 Rua Teresina Pires
 Município Itapecuru - Estado do PA
 Esp. do estabelecimento Restaurante
 Cargo Pizzaiolo
 CBO n° 5136-10
 Data admissão 01 de Dezembro de 2011
 Registro n° 01 Fls/Ficha 01
 Remuneração especificada R\$ 581,00 (Quin)
Trinta e oito reais e dez centavos
 Ass. do empregador ou a rgo c/est.
Kécia S. Oliveira
 1° Kécia S. Oliveira
 Data saída 01 de Dezembro de 2012
Sandra Pereira S. Oliveira
 Ass. do empregador ou a rgo c/est.
 1° Sandra Pereira S. Oliveira
 Com. Dispensa CD N° 2

15

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Inscrição no Cad. ICMS
19.448.413-5
 CNPJ/ME P. de Araújo Ltda Comércio
 Rua CEP: 54.019-450 - Itapecuru - PA
 Município CEP: 07.810-118 - 0006-24
 Esp. do estabelecimento Serviço de Limpeza
 Cargo Pizzaiolo
 CBO n° 5136-10
 Data admissão 01 de Dezembro de 2012
 Registro n° 01 Fls/Ficha 01
 Remuneração especificada R\$ 186,60 (Sete)
doze e sessenta e seis reais e dez centavos
 Ass. do empregador ou a rgo c/est.
Deusdeth de Araújo Leite
 1° Deusdeth de Araújo Leite
 Com. Dispensa CD N° 2



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **10.309.146/0001-77**
A. V. DE MESQUITA RESTAURANTE
 CNPJ/MF **Av. Dom Severino, 3091-A**
 Rua **São Cristóvão - CEP: 64.001-970**
 Município **Teressina-PI**
 Esp. do estabelecimento **Restaurante**
 Cargo **Cozinheiro**
 CBO nº **5133010**
 Data admissão **01** de **março** de **2009**
 Registro nº **01** Fls./Ficha **43**
 Remuneração especificada **R\$ 450,00 + 20%**
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º **Angela Vieira de Mesquita**
 Data saída **13** de **NOVEMBRO** de **2014**
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º **Angela Vieira de Mesquita**
 Com. Dispensa CD Nº

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **10.309.146/0001-77**
A. V. DE MESQUITA RESTAURANTE
 CNPJ/MF **Av. Dom Severino, 3091-A**
 Rua **São Cristóvão - CEP: 64.001-970**
 Município **Teressina-PI**
 Esp. do estabelecimento **Restaurante**
 Cargo **Cozinheiro**
 CBO nº **5133010**
 Data admissão **01** de **março** de **2009**
 Registro nº **01** Fls./Ficha **43**
 Remuneração especificada **R\$ 450,00 + 20%**
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º **Angela Vieira de Mesquita**
 Data saída **13** de **NOVEMBRO** de **2014**
 Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º **Angela Vieira de Mesquita**
 Com. Dispensa CD Nº





ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
GABINETE DA SECRETÁRIA

Ofício Circular n. 187/2013-CGJ

Teresina (PI), 09 de maio de 2013.

Aos Senhores Juízes de Direito do Estado do Piauí

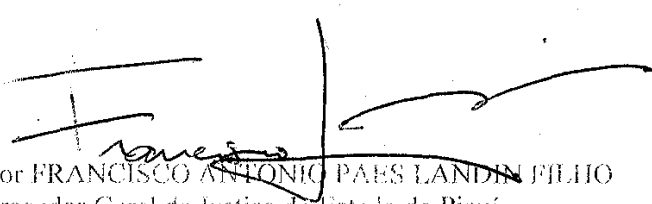
Assunto: PP n. 0000214-33.2013.8.18.0139. Orientação.

Senhores(as) Juizes(as),

Ao cumprimentá-los, tendo em mira *decisum* do augusto Conselho Nacional de Justiça no PCA n. 200910000039601 - da Relatoria do Cons. José Adonis Calhou de Araújo Sá; o estatuído na Lei Federal n. 1.060/50; o princípio do livre acesso à Justiça; o princípio da reserva material; o princípio da ampla defesa; e o Parecer da Consultoria Jurídica deste Órgão de Correição exarado no Pedido de Providências n. 0000214-33.2013.8.18.0139 - proposto pela Presidência da OAB/PI, que pode ser acessado, na íntegra, na página desta Corregedoria Geral da Justiça na *internet*, ao qual atribuo **força normativa, oriento** os meritíssimos Senhores Juizes de Direito do Estado do Piauí a concederem o benefício da "gratuidade da Justiça" também nas ações patrocinadas por advogado particular, quando atendidos os requisitos previstos na Lei Federal n. 1.060/50.

Cumpra-se.

Atenciosamente,


Desembargador FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM FILHO
Corregedor Geral da Justiça do Estado do Piauí





TRIBUNAL DE JUSTIÇA ESTADO DO PIAUÍ - CORREGEDORIA
Registro...: 0087235 Data: 01/03/2013 às 12:58
Requerente: Emitente VICE-PRESIDENTE DA OAB/EXERCÍCIO.
Assunto...: ENCAMINHAMENTO
Título....: OF.N.051/2013-PEDIDO DE REDDENHAÇÃO/CNJ.
Destino...: SECRETARIO DA CORREGEDORIA
Servidor resp pelo cad: 005

Ofício nº 051/2013-GP

De ordem,
Teresina (PI), 27 de fevereiro de 2013.

*At SCP, para autuar e
registrar. Qui/04/03/13*

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Antônio Paes Landim Filho
Corregedor Geral de Justiça do Estado do Piauí
Praça Des. Edgard Nogueira, s/n, Centro Cívico
CEP 64000-830
Teresina-PI

Dra. Nubia Fontenele de Carvalho Cordeiro
Secretária da Corregedoria Geral da Justiça



Assunto: Pedido de recomendação. Cumprimento da decisão do CNJ no PCA nº 200910000039601. Benefício da justiça gratuita. Advogado particular. Possibilidade.

Excelentíssimo Senhor Corregedor,

A Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Piauí, por intermédio de sua Presidente em exercício, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência expor e requer o que segue:

A advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em causas *pro bono*, ou seja, naqueles feitos em que o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita.

Invariavelmente, tal atuação se dá em favor de pessoas necessitadas ou de instituições beneficentes, que não tem condições de arcar com os custos do processo judicial - aí se incluindo honorários advocatícios contratuais e taxas judiciais - sem prejuízo ao sustento próprio e/ou da sua família e, no caso daquelas pessoas jurídicas, sem que sua atividade social seja afetada.

214-33.2013

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep. 64000-750 Teresina-Piauí
Fonê: (86) 2107-5800





Em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando se sensibilizam com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo assim com seu múnus público¹ e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça. Ainda com esse fim, faz-se necessário postular, em causas dessa espécie, a concessão do benefício da **gratuidade da justiça**, coadunando-se com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei 1.060/50.

Entretanto, muitos magistrados indeferem a isenção de custas processuais sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo a sua concessão à pessoas representadas pela Defensoria Pública.

Data vênia, tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*. Outrossim, do ponto de vista processual, revela descabida intromissão na relação cliente-advogado.

Vale dizer que tal matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, a partir da impugnação de ato administrativo outrora baixado por essa Corregedoria local, conforme se depreende do julgado assim ementado:

EMENTA: PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ. PROVIMENTO 019/2006. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. RESTRIÇÃO AO PATROCÍNIO DA CAUSA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE.
1. Pretensão de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, da

¹ A Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB), alinhando-se ao art. 133 da Constituição Federal, assim dispõe:

Art. 2º O advogado é indispensável à administração da justiça.

§ 1º No seu ministério privado, o advogado presta serviço público e exerce função social.

§ 2º No processo judicial, o advogado contribui, na postulação de decisão favorável ao seu constituinte, ao convencimento do julgador, e seus atos constituem múnus público.

Rua Gov. Tibério Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800





Corregedoria de Justiça do Estado do Piauí, que estabelece restrição de acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas por membros da Defensoria Pública.

2. A Lei nº 1060/50 não condicionou o benefício da assistência judiciária ao necessário patrocínio da causa pela Defensoria Pública.

3. A restrição, tal como posta, inviabiliza o instituto da advocacia voluntária, reconhecidamente incentivado por este CNJ (Resolução nº 62/2009), e outras eventuais formas de prestação de assistência jurídica. Procedência do pedido para desconstituição do ato questionado. (Procedimento de Controle Administrativo nº. 200910000039601 - Relator: Conselheiro José Adonis Callou de Araújo Sá. Requerente: Francysllanne Roberta Lima Ferreira. Requerido: Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Piauí - 91ª Sessão - j. 29/09/2009 - DJU nº 190/2009 em 05/10/2009 p. 05)

E em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário que essa douta Corregedoria adote providências no sentido de dar aplicabilidade ao julgado acima referida, renovando orientação aos Magistrados piauienses no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ.

Por todo o exposto, a OAB/PI requer a Vossa Excelência a expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os Juízes de Direito do Estado do Piauí acerca da decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça no âmbito do Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os Magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei 1.060/50.

No ensejo, externamos votos de elevado respeito.

Atenciosamente,

Eduarda Mourão Eduardo Pereira de Miranda
Vice-Presidente da OAB/PI (Presidente em exercício)

Rua Gov. Tiberio Nunes, s/n
Cep 64000-750 Teresina-Piauí
Fones: (86) 2107 5800



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DA COMARCA DE TERESINA



PROCESSO Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

CLASSE: Pedido de Providências

REQUERENTE: EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA,
VICE-PRESIDENTE DA OAB-PI (PRESIDENTE EM EXERCÍCIO)

RÉU:

CERTIDÃO

Aos 12/03/2013, recebi o presente expediente, autuei e registrei no Sistema ThemisWeb sob o nº 0000214-33.2013.8.18.0139, nos termos do Provimento nº 019/2004 do Sr. Des. Corregedor Geral da Justiça. Do que lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Dou fé.

Teresina, 12 de março de 2013

MICHELINE JORGE CHAVES CALLAND LEITE
Oficial de Gabinete - Mat. nº 0016730

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos a(o) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Corregedor(a) Geral da Justiça. Do que, para constar, lavro este termo.

Teresina, 12 de março de 2013

ANTONIA MARIA BORGES FERNANDES FRANCO
Secretário(a)





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS Nº 0000214-33.2013.8.18.0139

REQUERENTE: VICE-PRESIDENTE DA OAB/PI – EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA

REQUERIDA: CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO PIAUÍ

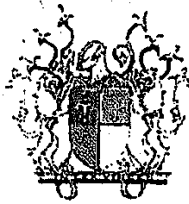
PARECER

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA TAMBÉM NAS CAUSAS PATROCINADAS POR ADVOGADO PARTICULAR, QUANDO ATENDIDOS OS REQUISITOS PREVISTOS NA LEI Nº 1050/60. CONCLUSÃO PELO DEFERIMENTO DO PEDIDO. NECESSIDADE DE EXPEDIÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO PELA CORREGEDORIA A FIM DE ORIENTAR OS MAGISTRADOS VINCULADOS AO TRIBUNAL.

Trata-se de PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS deduzido pela ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECÇÃO PIAUÍ, por meio de sua Vice-Presidente, no exercício da Presidência, EDUARDA MOURÃO EDUARDO PEREIRA DE MIRANDA, por meio do qual se insurge contra o Provimento 019/2006, editado por esta Corregedoria Geral de Justiça, no que se refere à limitação do acesso à assistência judiciária gratuita, permitindo o processamento dos feitos apenas para as partes assistidas pela Defensoria Pública.

A Requerente sustenta, em síntese, que: *i)* a advocacia piauiense tem enfrentado obstáculos indevidos quando da atuação em feitos nos quais o profissional representa o jurisdicionado de forma voluntária e gratuita; *ii)* tal atuação



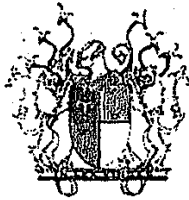


**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

se dá em favor de pessoas necessitadas ou instituições beneficentes, que não têm condições de arcar com os custos do processo judicial sem prejuízo do sustento próprio e de sua família ou sem que sua atividade social seja afetada; *iii*) em face disso, alguns advogados demandam sem uma necessária contraprestação pecuniária, notadamente quando sensibilizados com a situação de dificuldade enfrentada por tais jurisdicionados, cumprindo, assim, o seu múnus público e colaborando com a efetivação do princípio constitucional do acesso à justiça; *iv*) nestes casos, faz-se necessário postular a concessão do benefício da gratuidade da justiça, em conformidade com os postulados constitucionais e com o disposto na Lei nº 1.060/50; *v*) a referida isenção é repetidamente indeferida por muitos magistrados sob o argumento de que tal benefício seria incompatível com a advocacia privada, restringindo-se a sua concessão a pessoas representadas pela Defensoria Pública; *vi*) tal entendimento mostra-se totalmente dissociado da realidade dos fatos pois, além de não compreender o real significado da advocacia *pro bono*, revela uma descabida intromissão na relação cliente-advogado; *vii*) a matéria já foi debatida e dirimida no âmbito do Conselho Nacional de Justiça em face de impugnação de ato administrativo anteriormente baixado por esta Corregedoria; *ix*) em razão das ainda frequentes restrições encontradas quando da atuação voluntária dos advogados, faz-se necessário a adoção de providências por parte da CGJ/PI no sentido de dar aplicabilidade à decisão do CNJ, *"renovando orientação aos magistrados piauiense no sentido de atuarem em conformidade com o decidido pelo CNJ"* (fls. 04).

Por fim, pugna pela expedição de ato que dê plena e inequívoca ciência a todos os juizes de direito do Estado do Piauí sobre a decisão proferida pelo CNJ no Procedimento de Controle Administrativo nº 200910000039601, recomendando que os magistrados se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

In casu, o cerne da questão jurídica diz respeito em saber se diante de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ em sede de Procedimento de Controle Administrativo, o qual julgou procedente pedido de invalidação parcial do Provimento nº 019/2006, editado por esta Corregedoria, desconstituindo os itens 1 e 2 do Capítulo IV, deve esta Corregedoria expedir ato dando ciência a todos os magistrados vinculados ao TJPI do conteúdo da decisão, recomendando que se abstenham de restringir indevidamente o acesso à justiça, autorizando a concessão do benefício da gratuidade da justiça também nas causas patrocinadas por advogado particular quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

**- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CONTROLE ADMINISTRATIVO E
FINANCEIRO DO PODER JUDICIÁRIO - COMPETÊNCIA**

A Constituição Federal de 1988, quando trata dos órgãos do Poder Judiciário, estabelece em seu art. 103-B, o qual foi introduzido pela Emenda Constitucional nº 45/2004, a composição, o funcionamento e a competência do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, órgão de controle administrativo e financeiro.

Com efeito, ao CNJ não compete atuar como revisor de decisões judiciais, pois no exercício de suas funções jurisdicionais os magistrados devem agir com absoluta autonomia e independência na formação de suas convicções.

De outra parte, no exercício do controle administrativo e financeiro, compete ao CNJ, além de outras atribuições, zelar pela observância dos princípios e regras inerentes à Administração Pública, bem como apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo, inclusive, desconstituí-los, revê-los ou fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, conforme dispõe o art. 103-B, § 4º, inciso II, da CF/88, *verbis*:





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:

(...)

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

(...)

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União; (grifo nosso)

No mesmo sentido, o Regimento Interno do CNJ quando dispõe sobre a competência do Plenário, *in verbis*:

Art. 19. Ao Plenário do Conselho compete o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos magistrados, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, o seguinte:

(...)

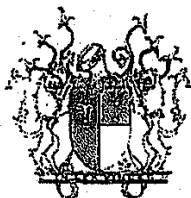
II - zelar pela observância do art. 37 da Constituição Federal e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União e dos Tribunais de Contas dos Estados; (grifo nosso)

Assim, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário poderá ser apreciada pelo Plenário do CNJ, o qual poderá ainda desconstituir ou rever o ato, como também fixar prazo para a adoção de providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

- O PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

O Regimento Interno do CNJ, quando trata dos diversos tipos de processos admitidos no âmbito daquele Conselho, preceitua que o controle de atos





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

administrativos poderá ser feito mediante provocação da parte, através de pedido escrito, o qual será autuado e distribuído a um Relator e após a oitiva da autoridade que praticou o ato, não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário poderá sustar a execução do ato, desconstituí-lo ou determinar a sua revisão, *verbis*:

“DO PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO

Art. 95. O controle dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário será exercido pelo Plenário do Conselho, de ofício ou mediante provocação, sempre que restarem contrariados os princípios estabelecidos no art. 37 da Constituição, especialmente os de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. Não será admitido o controle de atos administrativos praticados há mais de cinco anos.

Art. 96. O pedido, que deverá ser formulado por escrito e com indicação clara e precisa do ato impugnado, será autuado e distribuído a um Relator.

Art. 97. A instauração de ofício do procedimento de controle administrativo poderá ser determinada pelo Conselho, mediante proposição de Conselheiro, do Procurador-Geral da República ou do Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 98. O Relator determinará a oitiva da autoridade que praticou o ato impugnado e, por edital, dos eventuais beneficiários de seus efeitos, no prazo de quinze dias.

Art. 99. Não ilidido o fundamento do pedido, o Plenário determinará:

I – sustação da execução do ato impugnado;

II – a desconstituição ou a revisão do respectivo ato administrativo.

Parágrafo único. O Plenário poderá fixar prazos para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou dos atos do Conselho.

Art. 100. Aplicam-se ao procedimento previsto neste capítulo, no que couber, as regras previstas na Lei nº 9.784/99.”

Assim, o Procedimento de Controle Administrativo é espécie processual que objetiva o controle de legalidade dos atos administrativos praticados por membros e Órgãos do Poder Judiciário, sendo indispensável que o interessado demonstre a ilegalidade do ato atacado, quer por vício em sua formação, quer por afronta ao ordenamento jurídico.

Com efeito, o Provimento nº 19/2006 dispõe sobre a distribuição dos processos na Comarca de Campo Maior/PI, a competência dos Cartórios, institui a





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

informatização nas suas rotinas forenses e dá outras providências, estabelecendo em seu Capítulo IV, itens 1 e 2, o seguinte:

"IV – DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA

1. Em cada um dos Cartórios, funcionará Seção da Assistência Judiciária, que terá competência para processamento de feitos cuja parte autora seja necessitada e que sejam subscritos, exclusivamente, por membros da Defensoria Pública.
2. Considera-se necessitado todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogados, sem prejuízo próprio e de sua família e que esteja assistido por órgão da Defensoria Pública."

Pelo que se depreende dos fatos, o Procedimento de Controle Administrativo instaurado junto ao CNJ, em referência na inicial do presente Pedido de Providências, Processo nº 200910000039601, impugnou ato administrativo expedido com a finalidade de otimizar a prestação jurisdicional exclusivamente na Comarca de Campo Maior-PI, o qual optou por considerar necessitado para fins de obtenção do benefício da assistência judiciária apenas aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo e os honorários advocatícios e que estejam assistidos pela Defensoria Pública.

A decisão, por sua vez, sob o fundamento de que a opção pela assistência jurídica por advogado contratado não é suficiente para afastar a justiça gratuita, na linha de entendimento do Superior Tribunal de Justiça, julgou procedente o pedido formulado, desconstituindo os itens 1 e 2, do Capítulo IV, do referido provimento.

Entretanto, a questão que se coloca é se a decisão acima deve ser estendida e observada por todos os magistrados vinculados a este E. Tribunal, devendo esta Corregedoria expedir ato dando ciência da decisão e recomendando





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

que o benefício da gratuidade da justiça seja concedido quando atendidos os requisitos previstos na Lei nº 1.060/50.

Com efeito, a Lei nº 1060/50 estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados, exigindo como condição para o exercício do benefício tão somente a afirmação da situação de necessitado, ou seja, que a parte não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou de sua família (art. 4º).

Entretanto, a lei não estabeleceu o requisito de forma desmedida. Registrou que a presunção dessa condição é relativa, podendo ser contrariada tanto pela parte adversa, por meio de impugnação, quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas (arts. 7º e 8º).

Outro ponto importante, que merece ser destacado e está contemplado *expressis verbis* na lei citada, é o que diz respeito ao direito que é assegurado ao necessitado de ser assistido, em juízo, por advogado da sua escolha, *verbis*:

"Art. 5º. O juiz, se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido, deverá julgá-lo de plano, motivando ou não o deferimento dentro do prazo de setenta e duas horas.

(...)

§ 4º. Será preferido para a defesa da causa o advogado que o interessado indicar e que declare aceitar o encargo.

(...)."

Assim, não deixa de ter direito à assistência judiciária a parte que indicou advogado, não estando obrigada para gozar do benefício a recorrer aos serviços da Defensoria Pública.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Nesse sentido, recentes julgados do Superior Tribunal de Justiça, *ipsis*

verbis:

PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. ADMISSIBILIDADE.

1. A declaração de pobreza, com o intuito de obter os benefícios da assistência judiciária gratuita, goza de presunção relativa, admitindo, portanto, prova em contrário.

2. Para o deferimento da gratuidade de justiça, não pode o juiz se balizar apenas na remuneração auferida, no patrimônio imobiliário, na contratação de advogado particular pelo requerente (gratuidade de justiça difere de assistência judiciária), ou seja, apenas nas suas receitas. Imprescindível fazer o cotejo das condições econômico-financeiras com as despesas correntes utilizadas para preservar o sustento próprio e o da família.

3. Dessa forma, o magistrado, ao analisar o pedido de gratuidade, nos termos do art. 5º da Lei 1.060/1950, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Precedentes do STJ.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 257.029/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/02/2013, DJe 15/02/2013)

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. COBRANÇA DE HONORÁRIOS CONTRATUAIS. CONTRATANTE QUE LITIGARA SOB A PROTEÇÃO DA JUSTIÇA GRATUITA. IRRELEVÂNCIA. VERBA QUE NÃO É ALCANÇADA PELOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELA LEI N. 1.060/50.

1. "Nada impede a parte de obter os benefícios da assistência judiciária e ser representada por advogado particular que indique, hipótese em que, havendo a celebração de contrato com previsão de pagamento de honorários ad exito, estes serão devidos, independentemente da sua situação econômica ser modificada pelo resultado final da ação, não se aplicando a isenção prevista no art.3º, V, da Lei nº 1.060/50, presumindo-se que a esta renunciou" (REsp 1.153.163/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/6/2012, DJe 2/8/2012).

2. Entendimento contrário tem a virtualidade de fazer com que a decisão que concede a gratuidade de justiça apanhe ato extraprocessual e pretérito, qual seja o próprio contrato celebrado entre o advogado e o cliente, interpretação que vulnera a cláusula de sobredireito da intangibilidade do ato jurídico perfeito (CF/88, art. 5º, inciso XXXVI; LINDB, art. 6º).

3. Ademais, estender os benefícios da justiça gratuita aos honorários contratuais, retirando do causídico a merecida remuneração pelo serviço prestado, não viabiliza,





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

absolutamente, maior acesso do hipossuficiente ao Judiciário. Antes, dificulta-o, pois não haverá advogado que aceitará patrocinar os interesses de necessitados para ser remunerado posteriormente com amparo em cláusula contratual ad exitum, circunstância que, a um só tempo, também fomentará a procura pelas Defensorias Públicas, com inegável prejuízo à coletividade de pessoas - igualmente necessitadas - que delas precisam.

4. Recurso especial provido.

(Resp 1065782/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/03/2013, DJe 22/03/2013)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO STF. DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS DO REQUERENTE. PRESUNÇÃO IURIS TANTUM. CONTRARIEDADE. PARTE ADVERSA E JUIZ, DE OFÍCIO, DECORRENTE DE FUNDADAS RAZÕES. CRITÉRIOS OBJETIVOS.

1. Trata-se de recurso especial cuja controvérsia orbita em torno da concessão do benefício da gratuidade de justiça.

2. O STJ, em sede de recurso especial, conforme delimitação de competência estabelecida pelo artigo 105, III, da Constituição Federal de 1988, destina-se a uniformizar a interpretação do direito infraconstitucional federal, razão pela qual é defeso, em seu bojo, o exame de matéria constitucional, cuja competência é do STF.

3. Há violação dos artigos 2º e 4º da Lei n. 1.060/50, quando os critérios utilizados pelo magistrado para indeferir o benefício revestem-se de caráter subjetivo, ou seja, criados pelo próprio julgador, e pelos quais não se consegue inferir se o pagamento pelo Jurisdicionado das despesas com o processo e dos honorários irá ou não prejudicar o seu sustento e o de sua família.

4. A constatação da condição de necessitado e a declaração da falta de condições para pagar as despesas processuais e os honorários advocatícios erigem presunção relativa em favor do requerente, uma vez que esta pode ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, de ofício, desde que este tenha razões fundadas.

5. Para o indeferimento da gratuidade de justiça, conforme disposto no artigo 5º da Lei n. 1.060/50, o magistrado, ao analisar o pedido, perquirirá sobre as reais condições econômico-financeiras do requerente, podendo solicitar que comprove nos autos que não pode arcar com as despesas processuais e com os honorários de sucumbência. Isso porque, a fundamentação para a desconstituição da presunção estabelecida pela lei de gratuidade de justiça exige perquirir, in concreto, a atual situação financeira do requerente.

6. No caso dos autos, os elementos utilizados pelas instâncias de origem para indeferir o pedido de justiça gratuita foram: a remuneração percebida e a contratação de advogado particular. Tais elementos não são suficientes para se concluir que os recorrentes detêm condições de arcar com as despesas processuais e honorários de sucumbência sem prejuízo dos próprios sustentos e os de suas respectivas famílias.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

7. Recurso especial provido, para cassar o acórdão de origem por falta de fundamentação, a fim de que seja apreciado o pedido de gratuidade de justiça nos termos dos artigos 4º e 5º da Lei n.1.060/50. (REsp 1196941/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/03/2011, DJe 23/03/2011) (Grifos nosso)

Destarte, na esteira dos precedentes acima transcritos, para que a parte goze dos benefícios da assistência judiciária gratuita independe do fato de estar assistida por membro da Defensoria Pública ou por advogado particular. Para tanto, bastará uma simples afirmação, na própria petição inicial, de que não está em condições de arcar com as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio ou da família, podendo, contudo, tal afirmação ser contrariada tanto pela parte adversa quanto pelo juiz, na forma prevista na lei que rege a matéria.

Cumpre, ainda, ressaltar que a Lei 1060/50 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 5º, inciso LXXIV, como direito fundamental: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos".

Ademais, limitar o acesso à assistência jurídica gratuita àqueles que estiverem assistidos pela Defensoria Pública restringe direitos, violando o direito fundamental de pleno acesso à Justiça, e ofende o Princípio da Reserva Legal, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXV, 22, inciso I, 24, inciso XI, da Constituição Federal, *verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar
concorrentemente sobre:
XI - procedimentos em matéria processual;

Finalmente, diante do exposto, somos pelo DEFERIMENTO do pedido, no sentido de que seja expedido por esta CGJ/PI ato administrativo orientando os magistrados que para concessão do benefício da assistência judiciária seja exigido da parte apenas a presença do estado de pobreza, ou seja, a impossibilidade de arcar com as custas do processo e honorários advocatícios, não importando a qualidade do advogado, se público ou particular, nos termos previstos na Lei nº 1050/60 e conforme precedentes do C. Superior Tribunal de Justiça e do Conselho Nacional de Justiça.

É o parecer, sob censura.

Teresina (PI), 29 de abril de 2013.

BEL. PAULO SÍLVIO MOURÃO VERAS
Consultor Jurídico da CGJ/PI



GT, em 09.05.2013

Agora o ~~proposto~~
Parecer, de Conselho
Técnico de Engenharia
Civil do ~~Inter. R.~~, para
atendimento - que se to
matéria, para ~~os~~
os fins de direito.





Dr. Jamerson Moreira de Lemos Júnior

CRM 3878 / TEOT. 11094

Ortopedia | Traumatologia | Cirurgia do Quadril

Paulo Sérgio F. J. J.

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

14 JUN 2018

DPVAT

SOLICITO:

Relatório de Exame

do Quedor @ AL + P.

Exame de

CRM: 507

Relatório de Exame de

Dr. Jamerson M. de L. J.
Ortopedia / Traumatologia
CRM 3878 / CRM-MA 7001 / TEOT 11094

HOSPITAL SÃO MARCOS

Rua Olavo Bilac, 2300
Centro - CEP 64010-280
Teresina - PI - Brasil
Fone: (86) 2106-8000

MED IMAGEM

Rua Paissandú, 1862
Centro - CEP 64001-120
Teresina - PI - Brasil
Fone: (86) 3223-2650

ORTOMED

Rua Gardênia, 767
Jokey - CEP 64049-200
Teresina - PI - Brasil
Fone: (86) 3233-9090





Dr. Jamerson Moreira de Lemos Júnior

CRM 3878 / TEOT. 11094

Ortopedia | Traumatologia | Cirurgia do Quadril

Manoelito F. F. Júnior

Indicito:

*Fisioterapia 60
sessões*

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

14 JUN 2018

DPVAT

*Proteção Fisioterapia
Maxilar @ + TTO
diária de Fisio
do Articular*

TOT + 5324

*Dr. Jamerson M. de L. Júnior
Ortopedia / Traumatologia
CRM PI 3878 / CRM-MA 7001 / TEOT 11094*

HOSPITAL SÃO MARCOS

Rua Olavo Bilac, 2300
Centro - CEP 64010-280
Teresina - PI - Brasil
Fone: (86) 2106-8000

MED IMAGEM

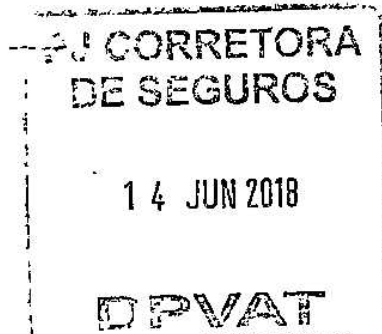
Rua Paissandú, 1862
Centro - CEP 64001-120
Teresina - PI - Brasil
Fone: (86) 3223-2650

ORTOMED

Rua Gardênia, 767
Jokey - CEP 64049-200
Teresina - PI - Brasil
Fone: (86) 3233-9090



Paulo Sérgio Ferreira
Júnior



Solicito:

Hipertensão 20
sessões

Pos op de fixat. Ombro
e Costado

Dr. Francisco de Assis Silva Jr.
Ortopedia / Traumatologia
Cirurgia do Ombro
CRM-3278 - TEOT-1088

5428

Agende sua consulta através de nosso site:
www.ortomedteresina.com





LAUDO FISIOTERAPÊUTICO

DECLARO PARA DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE *PAULO SÉRGIO FERREIRA GOMES* ESTA EM TRATAMENTO FISOTERAPEUTICO NESTA CLÍNICA EM VIRTUDE DE PÓS OPERATORIO DE FRATURA DE OMBRO E COTOVELO ESQUERDO.

AO EXAME FÍSICO, O MESMO APRESENTA DORES ARTICULARES EM AMBOS LOCAIS, PRESENÇA DE EDEMAS RESIDUAIS, DIMINUIÇÃO DE AMPLITUDE DE MOVIMENTO ARTICULAR ASSOCIADOS À RIGIDEZ LOCAL (CONTRATURA), AUMENTO DE TEMPERATURA LOCAL, COM CONSIDERADA LIMITAÇÃO FUNCIONAL.

PACIENTE ENCONTRA SE INAPTO AO RETORNO DE SUAS ATIVIDADES LABORAIS NECESSITANDO DAR CONTINUIDADE AO PROCESSO DE REABILITAÇÃO.

CID 10 - T11

TERESINA 13/03/2017


Dr. Francisco Carlos Soares da Silva Junior
Fisioterapeuta
CREFITO 3142-LTF CPF 071 152.413-00
166 263-F

**DIRCEUFISIO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA
E REABILITAÇÃO LTDA.**
CNPJ 07.276.267/0001-55
Av. José Francisco de Almeida Neto, 2650
Sala B - Dirceu I (ao lado da Praça Cultural)
(86) 3236-9550 • dirceufisio@yahoo.com.br
CEP 64.077-450 • Teresina-PI





DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE PAULO SÉRGIO FERREIRA GOMES, ESTEVE EM TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO NESTA REFERIDA CLÍNICA, EM CONSEQUÊNCIA DE UM PÓS OPERATÓRIO NO OMBRO ESQUERDO, O MESMO APRESENTA DOR, DIMINUIÇÃO DE ADM E FRAQUEZA MUSCULAR, APRESENTA TAMBÉM PERDA DE MOVIMENTO EM 50%, APÓS GONIOMETRIA, ESTANDO IMPOSSIBILITADO DE EXERCER SUA PROFISSÃO.

TERESINA 16 DE MARÇO DE 2018.

Cícero Gomes
Dr. Cícero Gomes de Q. Jr.
FISIOTERAPEUTA
CREFTON Nº 134.808-F





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.002172/2017-32

Unidade de Registro: DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO Resp. pelo Registro: Francisco Ribeiro De Sousa

Data/Hora: 19/05/2017 - 10:48

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

AV. ELIAS JOÃO TAJRA, Nº:

Complemento

Data/Hora

05/01/2017 - 19:00

Bairro

JOCKEY CLUB

Ponto de Referência

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

14 JUN 2018

DPVAT

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES [32 ANOS]

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

RG: 2189465

Mãe: MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES

Pai: JOÃO FERREIRA GOMES

Endereço: RUA- LUCRECIO DANTAS AVELINO, Nº 729

Bairro: ÁGUA MINERAL

Cidade: TERESINA

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

O DECLARANTE DISSE NESTA DELEGACIA DE TRANSITO QUE TRAFEGAVA EM UMA MOTO HONDA/CG, ANO 2016/2016, PL- PIV- 5622 DE PROPRIEDADE DE RONIEL ARAUJO DE MESQUITA, CPF- 05855970302 SENTIDO NORTE/LESTE E AO ENTRAR PELA AV. JOÃO ELIAS TAJRA, NO BAIRRO JOCKEY CLUB SURTIU UM OUTRO VEICULO QUE NÃO SOUBE IDENTIFICAR E QUE ESTE TERIA PROVOCADO O ACIDENTE QUANDO TRANSITAVA NO MESMO SENTIDO E FECHOU DE FORMA VIOLENTA O CRUZAMENTO COM AV. ININGA, INDO COLIDIR COM A MOTO CONDUZIDA PELO DECLARANTE. DISSE QUE CAIU SOFRENDO LESÃO CORPORAL DE ACORDO COM O PRONTUÁRIO DE Nº 432129 DECIDIDO PELO HUT. DIAS DEPOIS FOI TRANSFERIDO PARA O HOSPITAL DA POLICIA MILITAR PARA OUTROS PRECEDIMENTOS CONFORME PRONTUÁRIO DE Nº 247811. A VITIMA FOI SOCORRIDA POR UMA EQUIPE DO SAMU. AS DECLARAÇÕES AQUI PRESTADAS SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO DECLARANTE.

Almiralce Ribeiro de Carlos Mat. 0097616

Almiralce Ribeiro de Carlos
Escriturário Especial
Mat. 009761-6

PAULO SERGIO FERREIRA GOMES [32 ANOS] - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia

ORIGINAL



Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Roniel Araújo de Mesquita,
 RG nº 3384746, data de expedição 23/08/13,
 Órgão SSP-PI, portador do CPF nº 058559703-02, com
 domicílio na cidade de Teresina, no Estado de
Piauí, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Teófilo Joaquim Soares, nº 604,
 complemento _____, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
 mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
 vítima Paulo Sérgio Ferreira Gomes cujo o condutor era
Paulo Sérgio Ferreira Gomes.

Veículo: Motocicleta
 Modelo: Honda CG 160 Fan ESD
 Ano: 2016
 Placa: PIV 5622
 Chassi: 4C2KC2200GR526986
 Data do Acidente: 05/05/2017
 Local e Data: Ao Sudoeste da Tabela * Ao longo - Jockey
TERESINA 18 MAIO 2017



3º OFÍCIO Roniel Araújo de Mesquita
 Assinatura do Declarante

Paulo Sérgio Ferreira Gomes
 Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Cartório
 Themistocles
 Sampaio
 3º OFÍCIO DE NOTAS
 TERESINA CARTÓRIO 3º OFÍCIO DE NOTAS
 TITULAR - ANATÁLIA GONÇALVES DE SAMPAIO PEREIRA
 RUA LIZANDRO NOGUEIRA, 123 CENTRO - CEP: 64000-200 - TERESINA-PI
 Fone: (066) 3221-7886 - E-mail: atendimento@cartoriosampaio.com.br
 RECONHECO POR AUTENTICIDADE A FIRMA DE RONIEL ARAÚJO DE MESQUITA, DOU
 FE. EM TERESINA, 18/05/2017. Emol.: 3,60
 TJ: 0,72 Selado: 0,25 Total: 4,57 Selado: AAP.93663 (F4205613)
Eduardo Denis do Vale Barreto
 ESCRIVÃO AUTORIZADO

☐ Tabela: ☒ Escrivente autorizado:



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PI Nº 011973098444
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO
0120180186264

U0042 VIA COD. RENAVAM ENTRC EXERCÍCIO
16621 1 01084923073 2016
96193

532b7
d3451
4956c
d7264
56x22
b1a81
259dd

RONIEL ARAUJO DE MESQUITA

b5543 CPF/CNPJ PLACA
9a4a4 05855970302 PIV-5622
18091

60428 PLACA ANT/LF CHASSI
37920 9C2KC2200GR126986
09819

ESPECIE DE COMBUSTIVEL
PAS/MOTOCICLO/MENINHA ALCO/GASOL

MARCA/MODELO ANO FAB. ANO MOD.
HONDA/CS 160 FAN ESDI 2016 2016

CAP/POT/CIL CATEGORIA COR PREDOMINANTE
02P/0162CC ALUGUEL AMARELA

COTA UNICA VENC. COTA UNICA VENC. COTAS
1º IPVA
2º
3º PAGO

PREMIO TARIFARIO (R\$) DO R\$ PREMIO TOTAL R\$ DATA DE PAGAMENTO
SEGURO 000,00 000,00 000,00

OBSERVAÇÕES
EPT: 000,29
ALIEENACAO FIDUCIARIA
ADMINISTRADORA DE CONS NAC HONDA L

TERESINA LOCAL DATA
31/05/2016

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A RESPEITO
TRANSPORTADAS OU NÃO. SEGURO DPVAT

PINº 011973098444 BILHETE DE SEGURO

ESTE E O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMACOES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.dpvatsegurodotransito.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO DATA EMISSÃO
2016 31/05/

VIA CPF/CNPJ PLACA
I 05855970302 PIV-56

RENAVAM MARCA/MODELO
01084923073 HONDA/CS 160 FAN ESDI

ANO FAB. DATA DE EMISSÃO Nº CHASSI
2016 9C2KC2200GR126986

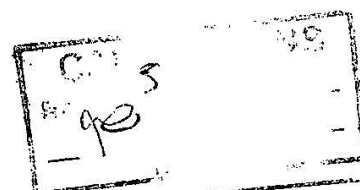
PREMIO TARIFARIO

000,00	000,00	000,00
CUSTO DO BILHETE (R\$)	000,00	TOTAL A SER PAGO SEGURO
000,00	000,00	000,00

COTA UNICA PAGAMENTO PARCELADO DATA DE QUITA
00/00/00

SEGURADORA LIDER - DPVAT

CNPJ 09.249.808/0001-04
www.seguradoralider.com.br



PI CORRETORA
DE SEGUROS

14 JUN 2018

DPVAT

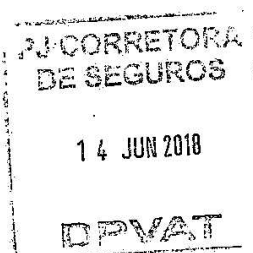




**HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA**

NOME DO PACIENTE: Paulo Sergio Ferreira Gomes

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 432129



SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".



TC CRANIO 05.01 TC QUADRIC 05.01
TC COL. CERV.

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HU.T.

Rua Dr. Otto 1840 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

NEURO (OK)
ORTOPEDIA
238

BOLETIM DE ENTRADA - BE

Imp: 05/01/2017 20:39:41

DADOS DO PACIENTE:

User: ROMAN
(Estação: ACCROI)

Nome:	PAULO SERGIO FERREIRA GOMES	Prontuário:	432129
Mãe:	MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES	Pai:	JOAO FERREIRA GOMES
End.Resid.:	RUA LUCRECIO DANTAS N° 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI - CEP: 64069-990		
Nascimento:	22/06/1984	Idade:	32a:7m:14d
Sexo:	Masculino	Fone:	86-32142-170
Responsável:	MARILENE	CNS:	701800212505179
Profissão:	MOTO TAXI	Documento:	
G. Instrução:	Médio Incompleto	E.Civil:	Casado(a)
End.Local.:			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código:	589262	Data:	05/01/2017 20:26:24	Condução:	AMBULANCIA DO SAMU
Motivo da Procura:	ACIDENTE DE TRÂNSITO VITIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)			Convênio:	S U S
Id.Trab.:	Sim	Acid. Trajeto:	Sim	Acid. Trab. Típico:	Não
CID Secundário:	V299				

DADOS DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO:

Sinal/Sintoma:	Evento Principal:	Destino:	Classificação:
TRAUMA MAIOR	Mecanismo do trauma significativo	CIRURGIA GERAL	Laranja
Breve História:	Profissional Clas. Risco:		
VITIMA DE ACIDENTE MOTOCICLISTICO HA 30 MINUTOS, EVOLUINDO COM DOR EM CERVICAL ESQUERDA, TUMOR LIMPITO E PE ESQUERDO. APRESENTANDO LESOES EM TUBAR. NENHA HISTÓRIA DE CONSCIENCIA. SEM - 17. NEGA ALERGIA MEDICAMENTOSA.	ROMAN FERREIRA HOLANDA CRM 222664 PI Em: 05/01/2017 20:39:40		

DADOS CLÍNICOS: (Hora: _____)

Paciente vítima de acidente de trânsito deu entrada há 40 min. Apresenta:
A) não altera posição de dor cervical e pescoço rígido. B) Fx MV @ em HT. Injuriado
C) Pulso cheio e regular, FC: 83bpm. D) ECO: IS (AO:4 RV:5 RM:6)
Abdomen: globoso, depressível, indolor à palpação superficial e/ou profunda

HUT DR. ZENON ROCHA
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

HUT DR. ZENON ROCHA
TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA

PA _____ X _____ mmHg	Pulso: _____	FC: _____ bpm	Temp: _____
Diagnóstico Inicial:	Cervical + cervical		

CONDUTA MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

Fx Solto: TC de Crânio e Raio de Ombro @ + Raio de PR @
SF 0,9% 1000 ml FV
Próximo 24h + 20 FV

MOTIVO DA ALTA/ENCERRAMENTO:

Profund 100g + SF 1000 ml + Raio de Ombro @ + Raio de PR @
IV 24h

DATA: ____/____/____ HORA: ____:____:____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____

Assinatura Paciente ou Responsável: _____ Assinatura - Profissional: _____



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

FICHA DE PARECER PROFISSIONAL

Imp: 05/01/2017 20:39:48

(ROMAK)

DADOS DO PACIENTE:

Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES		Prontuário: 432129	
Mãe: MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES		Pai: JOAO FERREIRA GOMES	
End.Resid.: RUA LUCRECIO DANTAS N° 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI - CEP: 64069-990			
Nascimento: 22/06/1984	Idade: 32a:7m:14d	Sexo: Masculino	Fone: 86-32142-170
Responsável: MARILENE		CNS: 701800212505179	
Profissão: MOTO TAXI		Documento:	
G. Instrução: Médio Incompleto		E.Civil: Casado(a)	
End.Local.: - - -			

DADOS DO ATENDIMENTO:

Código: 589262	Data: 05/01/2017 20:26:24	Clas. Cor: Laranja
Motivo da Procura: ACIDENTE DE TRÂNSITO VÍTIMA EM MOTOCICLETA (MOTOC)		Convênio: S U S

DADOS DA SOLICITAÇÃO (1):

Data/Hora Solicitação: __/__/__:__	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	
# nuvem no olho	
politrauma	
no exame = ECAIS	
TC de crânio =	
fratura de base cranial > sem lesão neurológica	
Carimbo/Assinatura Solicitante	

DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/__:__

EOL - sem conduto neurológico		PJ CORRETORA DE SEGUROS
Análise de risco / 04/01/2018		
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer		14 JUN 2018

DADOS DA SOLICITAÇÃO (2):

Data/Hora Solicitação: __/__/__:__	ESPECIALISTA:
MOTIVO DA SOLICITAÇÃO:	
Carimbo/Assinatura Solicitante	
DADOS DO PARECER: Data/Hora: __/__/__:__	
Carimbo/Assinatura Prof. Parecer	





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA

PRESCRIÇÃO MÉDICA



NOME DO PACIENTE <i>Paulo Sérgio Gomes Jones</i>	PRONTUÁRIO	D. NASCIMENTO	CLÍNICA	ENF. ou APT.	LEITO
DIAGNÓSTICO ATUAL E COMORBIDADES	ALERGIAS		MÉDICO ASSISTENTE/ ESPECIALIDADE		
PRESCRIÇÃO MÉDICA DATA: <i>05/10/17</i> HORA: <i>22:36</i>	HORÁRIO		OBSERVAÇÕES		
<i>1. Dieta líquida. Jejum após 23 hrs.</i>			<i>23:18 Admitido neste</i>		
<i>2. SF 0,9% 100ml IV pl 12h</i>	<i>1-</i>	<i>2-</i>	<i>posto de consentido,</i>		
<i>3. Dexam 2mg + 20 IV 6/6h</i>	<i>2. Dexam</i>	<i>3. Dexam</i>	<i>orientado, físico, exp-</i>		
<i>4. Wafers 100mg > IV 12/12h</i>	<i>2. Dexam</i>		<i>niço, s/ apoio de q-</i>		
<i>5. Tramadol 100mg > IV 12/12h</i>	<i>2. Dexam</i>		<i>queira de dor pelo</i>		
<i>6. Aguarda chamado do CC</i>			<i>medicação. ^{Atenc}</i>		
<i>7. Aguarda chamado do CC</i>			<i>Enfermeira</i>		
<i>8. Aguarda chamado do CC</i>			<i>COREN-PI 408715</i>		
<i>9. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>10. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>11. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>12. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>13. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>14. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>15. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>16. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>17. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>18. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>19. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>20. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>21. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>22. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>23. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>24. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>25. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>26. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>27. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>28. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>29. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>30. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>31. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>32. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>33. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>34. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>35. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>36. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>37. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>38. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>39. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>40. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>41. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>42. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>43. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>44. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>45. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>46. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>47. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>48. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>49. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>50. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>51. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>52. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>53. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>54. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>55. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>56. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>57. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>58. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>59. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>60. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>61. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>62. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>63. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>64. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>65. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>66. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>67. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>68. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>69. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>70. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>71. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>72. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>73. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>74. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>75. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>76. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>77. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>78. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>79. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>80. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>81. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>82. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>83. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>84. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>85. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>86. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>87. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>88. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>89. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>90. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>91. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>92. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>93. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>94. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>95. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>96. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>97. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>98. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>99. Aguarda chamado do CC</i>					
<i>100. Aguarda chamado do CC</i>					

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TERESINA
MÉDICO/CRM:

LEIAT
4 JUN 2018
PI COREFORA
DE SEGUROS

Filipe Medeiros B. de S. Contínio
Oncologista e Hematologista
CRM-PI 3102

José Ferreira Neto
CRM-1558
CPF: 03.897.373-68





1816/3

de Internação Hospitalar (AIH)

AIH : 221/10001909-0

Orgão Emissor: 8221100001

UNI : H.U.T. (PROF. ZENON KULHA)

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - ICID : 8422

3-Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

U.LIBERA: 12/01/2017

PROCED.: 0415030013

OP.SIST: WELLINGTON

ICID : 8422

DT. LAUDO: 06/01/2017

TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO

ASS. MEDICO RESPONSÁVEL

5828830

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

6 - Prontuário: 432129

7-CNS: 701800212505179

8-Nascimento: 22/06/1984

9-Sexo: Masculino

11-Mãe: MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES

13-Resp: MARILENE

COM BOLETIM CIR/ANEST

12-Fone: 86-32142-170

14-Cor: Amarela

15-Ende: RUA LUCRECIO DANTAS N° 29 - AGUA MINERAL - CEP: 64069-990

16-Munic: TERESINA

17-Cod. IBGE: 221100

18-UF: PI

19-CEP: 64069-990

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

- Principais sinais e sintomas clínicos:

Politrauma. Frat. vómer proximal, órbitas e
cabeça

21 - Condições que justificam a internação:

Frat. etc.

542.2 040802033434
552.0 0408020415433
532.4 040804029743

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

Ausente + R + Ex Kudo

23-Diagnóstico Inicial:

(Informação Posterior)

DE SEGUROS

PROCEDIMENTO SOLICITADO

Cod.Proced.: 27-Procedimento Solicitado:

0415030013

TRATAMENTO CIRURGICO EM POLITRAUMATIZADO

14 JUN 2017

9999

29-Clinica:

30-Caráter: Ident.:

02

01

CPF

695.721.193-20

33-Nome Profissional Solicitante/Assistente:

GLAUSON TUQUARE MELO NASCIMENTO

34-Data Solicitação:

06/01/2017

Flávio Márcio E. de S. Coutinho
Ortopedista e Traumatologista
CRM-PI 3102

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito

37- () Acidente Trabalho Típico

38- () Acidente Trabalho Trajeto

45 - Vínculo com a Previdência:

() Empregado

() Empregador

() Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

() Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:

47-Data Autorização:

48-Documento:

49-Num. Documento:

() CNS () CPF

50-Ass. Carimbo (Rg. Conselho)

51 - Assinatura Paciente ou Responsável:

Assinatura: ANTONIO EPIFANIO





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls N° 181673

Proc. N°

Rubrica

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 06/04/2017

NOME DO PACIENTE:	Paulo Sérgio Ferreira Gomes	IDENTIFICADOR N°:	432129
DIAGNÓSTICO:	Poli-traumático	CIRURGIA:	Poli-traumatizado
ANESTESIA:	Geral	N° DA SALA:	04
CIRURGIÃO:	Dr. Clausen	CPF N°:	
AUXILIAR:	Dr. F. Maciel B. S. Coutinho Ortopedista e Traumatologista CRM-PI 3102	CPF N°:	
ANESTESIA:	Dr. Hugo	CPF N°:	
INSTRUMENTADORA:	Selma	CPF N°:	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI no 24	UNID.	02	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº 7,5	PAR		
AGULHA 40X12	UNID.	01		LUVA Nº	PAR		
AGULHA RAQUE	UNID.			LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	05	
ÁLCOOL 70%	ML	50		PVPI DE GERMANTE	ML	200	
ALGODÃO	BOLA			PVPI TÓPICO	ML	150	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	05		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.			SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRADO	CM			SERINGA 5CC	UNID.		
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO 500ml	FRASCO	04	
GASES	PAC.	05		SONDA URETRAL no 16	UNID.	01	
JELCO Nº	UNID.						
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG.				Eletródios - 05 unid. Escovas - 04 unid. Crepom - Tubo endotranqueal - 01 unid. et al - 01 unid.			
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG.							
CAT. GUT. CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON 2.0		03					
FITA UMBILICAL							
VICRYL 0		02		ENFERMARIA:			
PROLENE				CIRCULANTE: Solange martins			





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente Paulo Sérgio Ferreira Gomes
Diagnóstico pré-operatório Fract. acetabulo, olecrano e ulna proximal
Operação - Tipo Osteossíntese
Cirurgião Dr. Clauson Clauson Tuquarre Nascimento 1º Assistente Dr. Flávio Flávio Maciel S. S. Coutinho
2º Assistente CRM-PI 2775 3º Assistente CRM-PI 3102
Instrumentador(a) Selene Anestesista Dr. Hugo Anestesia General
Anestésico(a)
Data da Operação 06.01.2017 Início 10:00 Fim 12:00
Diagnóstico Pós-operatório

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Auferência perf., 20A oneprior aut. nupig, calceos.
incluam deltoide, prof., RSTF y placo e poropieps.
incluam dond no acetabulo e y RSTF y coreloger
em boudo de tenas. Suturas e curatyon.
Troca de frangimentos e ep. e p. o turchu 3.5.
* 01080 50098

Clauson Tuquarre Nascimento
Ortopedista e Traumatologista
CRM-PI 2775
Flávio Maciel S. S. Coutinho
Ortopedista e Traumatologista
CRM-PI 3102



SOLICITAÇÃO DE OPME
(ÓRTESE, PRÓTESE E MATERIAL ESPECIAL)

PACIENTE: Paulo Sérgio Ferreira Gomes

MÉDICO SOLICITANTE: Dr. Glaucos

CÓDIGO DO PROCEDIMENTO: _____

CÓDIGO OPME: 0702031003

JUSTIFICATIVA:

Fist. oleosa exp. necessrio por higiene

Teresina, 06/01/2017

Platão Wilson S. de S. Continho
Especialista em Dermatologista
CRM: 11.5102

Assinatura do Médico Solicitante

AUDITOR:

AUDITOR:

Teresina, ____/____/____

Assinatura do Médico Solicitante

MOD. 049 - HUT





PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE TERESINA - HUT

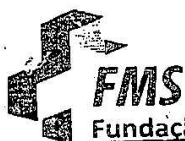
HOSPITAL DE

PRESCRIÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE		PRONTUÁRIO	IDADE	CLÍNICA	ENF. OU AP	LEITO	MÉDICO ASSISTENTE
PAULO SERGIO FERREIRA GOMES		432129	32	Ortopédica	238	261	
DATA/HORA CÓDIGO	PRESCRIÇÃO MÉDICA	HORÁRIOS			OBSERVAÇÕES		
DI: 05/01/2017	FRAT. OMBRO + COTOVELO + ACETABULO						
13/01/17	1 Dieta oral livre ✓						
	2 Jelco salinizado						
	3 Keflin 1g 1amp + AD EV 6/6h						
	4 Dipirona 01 amp + AD EV 6/6hs						
	5 Tilatil 20mg 01 amp + AD EV 12/12hs						
	6 Plasil 01 amp + AD EV 8/8h S/N						
	7 Nubain 01 amp + AD EV 8/8hs S/N						
	8 Cuidados gerais e sinais vitais						
Dr. Glordiano Zumbier / Dr. Yuri Jivago Félix / Dr. Ricardo S. Valença / Dr. Paulo H. L. Pessoa Filho							
Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia / Ortopedia e Traumatologia							
CRM3415-5010029 / CRM12308 / CRM3766-TEOT-11305 / CRM3367							

14:30 - Paciente transferido
para HGV Audimilg
M. da
Carmem
CORREN-PT 121108





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls N° _____

Proc. N° _____

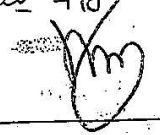
Rubrica _____

DATA 06/04/2017

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

NOME DO PACIENTE:	Paulo Sérgio Ferreira Gomes	PRONTUÁRIO N°:	432129
DIAGNÓSTICO:	Politraumático	CIRURGIA:	Politraumatizado
ANESTESIA:	Geral	N° DA SALA:	04
CIRURGIÃO:	Dr. Clausen	CPF N°:	
AUXILIAR:	Dr. Fábio B. de S. Coutinho	CPF N°:	
ANESTESIA:	Dr. Hugo	CPF N°:	
INSTRUMENTADORA:	Selma	CPF N°:	

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	02		LÂMINA DE BISTURI no 24	UNID.	02	
AGULHA 30X8	UNID.	02		LUVA Nº 7,5	PAR		
AGULHA 40X12	UNID.	01		LUVA Nº	PAR		
AGULHA RAQUE	UNID.			LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	05	
ÁLCOOL 70%	ML	50		PVPI DE GERMANTE	ML	200	
ALGODÃO	BOLA			PVPI TÓPICO	ML	150	
ÁGUA OXIGENADA	ML			PVPI TINTURA	ML		
COMPRESSA	PAC.	05		SERINGA 20CC	UNID.	01	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.			SERINGA 10CC	UNID.	01	
ESPARADRADO	CM			SERINGA 5CC	UNID.		
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO 500ml	FRASCO	04	
GASES	PAC.	05		SONDA URETRAL no 16	UNID.	01	
JELCO Nº	UNID.						
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCORRÊNCIA Eletrodo - 05 unid. Escalas - 04 unid. Crepom - Tubo endotraqueal - 01 unid. el cuff no 7,5 			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG.							
CAT. GUT. SIMPLES S/AG.							
CAT. GUT. CROMADO C/AG.							
CAT. GUT. CROMADO S/AG.							
ALCOFIL							
MONONYLON 2.0		03					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL 0		02		CIRCULANTE: Solange martins			
PROLENE							





FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA PROF. ZENON ROCHA
SERVIÇO DE ANATOMIA PATOLÓGICA

RELATÓRIO DE OPERAÇÃO
centro cirúrgico

Nome do Paciente Paulo Sérgio Ferreira Gomes
Diagnóstico pré-operatório Fract. acetabulo, de crânio e íleo proximal
Operação - Tipo Osteomielite
Cirurgião Dr. Glauson 1º Assistente Dr. Flávio
2º Assistente Dr. Flávio 3º Assistente Dr. Flávio
Glauson Tuquarre Nascimento CRM-PI 2775 *Flávio Maciel de S. Coutinho CRM-PI 3102*
Instrumentador(a) Selene Anestesista Dr. Augusto Anestesia geral
Anestésico(a)
Data da Operação 06.01.2017 Início 10:00 Fim 12:00
Diagnóstico Pós-operatório

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Anestesia geral, 20% encefalograma, cateter
insuflexão do abdômen, RRT e placa e parafusos,
insuflexão do abdômen e RRT e cateter
em bacia de trauma. Suturas e curativos.
Fratura transmurais e ep e do fêmur - 3.5.

Glauson Tuquarre Nascimento
Flávio Maciel de S. Coutinho
Ortopedista e Traumatologista
CRM-PI 2775
CRM-PI 3102

Mod. 76 HUT



SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM - PÓS - OPERATÓRIO - SRPA

NOME	Paulo Sérgio Ferreira Gomes		IDADE	anos	DATA	06/01/2017
HORÁRIO DE ADMISSÃO	12 hs 20 min	TIPO DE ANESTESIA	GERAL () RAQUE () BLOQUEIO () PERIDURAL () SEDAÇÃO			
CIRURGIA REALIZADA	Fract. aberto do tornozelo, fixação com a					CIRURGIÃO
SINAIS VITAIS	cateter ⑤					
	ADMISSÃO			SAÍDA		
PRESSÃO ARTERIAL (mmHg)	121/60			152/70		
FREQUÊNCIA CARDÍACA (bpm)	87			90		
SATURAÇÃO DE O ₂ (%)	94.1			95.1		
TEMPERATURA AXILAR (O° C)						
FREQUÊNCIA RESPIRATÓRIA (rpm)						
NOME/MATRÍCULA	Jouila			Jouila		

ÍNDICE DE ALDRETT-KROULIK

ATIVIDADE MUSCULAR		ADMISSÃO		SAÍDA
Movimenta os quatro membros	2	2	<input type="checkbox"/>	2
Movimenta dois membros	1	1	<input checked="" type="checkbox"/>	1
É incapaz de mover os membros voluntariamente ou sob comando	0	0	<input type="checkbox"/>	0
É capaz de respirar profundamente ou de tossir livremente	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
Apresenta dispnéia ou limitação da respiração	1	1	<input checked="" type="checkbox"/>	1
Tem apnéia	0	0	<input type="checkbox"/>	0
PA em 20% do nível pré-anestésico	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
PA em 20-49% do nível anestésico	1	1	<input type="checkbox"/>	1
PA em 50% do nível pré-anestésico	0	0	<input type="checkbox"/>	0
Esta lúcido e orientado no tempo e espaço	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
Desperta, se solicitado	1	1	<input checked="" type="checkbox"/>	1
Não responde	0	0	<input type="checkbox"/>	0
É capaz de manter saturação de O ₂ maior de 92% respirando em ar ambiente	2	2	<input checked="" type="checkbox"/>	2
Necessita de O ₂ para manter saturação maior que 90%	1	1	<input checked="" type="checkbox"/>	1
Apresenta saturação de O ₂ menor que 90%, mesmo com suplemento de O ₂	0	0	<input type="checkbox"/>	0

ESCALA DE DOR ADMISSÃO						TOTAL	06
ESCALA DE DOR ALTA						ASS.	09
() Sonda Vesical	() Dreno de Sucção	() Dreno Torácico	() DVE	() Cistostomia	Sonda () Nasogástrica		
hs	mL	hs	mL	hs	mL		
hs	mL	hs	mL	hs	mL		

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM:

12:20 Admitido no SRPA com P.O. de membro proximal, cateter e cateter ⑤. Sem efeitos do bloqueio. Com-
viente, consciente, respiração espontânea sem necessidade
de O₂ por cateter nasal 1 3L/min. Fe com cateter ⑤.

13:45 - tudo estável, si queixas. Retornado da SRPA.

PRESCRIÇÃO MÉDICA

ALTA SRPA

HORÁRIO

ANESTESIOLOGISTA

ENCAMINHAMENTO [] EXTERNO [] SALA DE GESSO [] IMAGENS E GRÁFICOS []

COSTO [] 12 [] 13 [] EMERGÊNCIA PED. UTI: [] PED [] NEURO [] GERAL [] 14 [] 101/FIM CLÍNICA [] PED [] 101/FIM CLÍNICA [] 101/FIM CLÍNICA [] 101/FIM CLÍNICA []





181648

LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Orgão Emissor: M221100001
AIH : 221/10002182-9
UNI : H.U.T (PROF. ZENON ROCHA)
PAULO SERGIO FERREIRA GOMES
NASCIMENTO: 22/06/1984

Identificação do Estabelecimento de Saúde	0-LIBERA: 12/01/2017	DI. CADU: 05/01/2017
1-Nome do estabelecimento solicitante:	PROCD.: 040802054/ TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO OU FRATURA	
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HI	UP.SISI: WELLINGTON	
3-Nome do estabelecimento executante:	CID: S520	
HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	ASS. MÉDICO RESPONSÁVEL	5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES	6 - Prontuário: 432129	
7-CNS: 701800212505179	8-Nascimento: 22/06/1984	9-Sexo: Masculino
11-Mãe: MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES	12-Fone: 86-32142-170	
13-Resp: MARILENE	14-Cor: Amarela	
15-Ender: RUA LUCRECIO DANTAS N° 29 - AGUA MINERAL - CEP: 64069-990		
16-Munic: TERESINA	17-Cod.IBGE: 221100	18-UF: PI
	19-CEP: 64069-990	

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

0 - Principais sinais e sintomas clínicos:			
- Dor e deformidade de braço.			
21 - Condições que justificam a internação:			
22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):			
23-Diagnóstico Inicial:	24-CID Prin: S520	25-CID Sec.:	26-CID C.Ass.:
Fratura da extremidade superior do cúbito [ulna]			

PROCEDIMENTO SOLICITADO

8-Cod.Proced.: 27-Procedimento Solicitado:	Tempo SUS
0408020547 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO OU FRATURA-LUXAÇÃO DO COTOVELO	3
29-Clinica:	30-Caráter: Ident.: 31-Docum.: 32-Doc. Méd. Solic.:
	02 01 CPF: 841.275.623-15
33-Nome Profissional Solicitante/Assistente:	34-Data Solicitação:
FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO	05/01/2017
	35-Ass.Carimbo Méd.Sol. (CRM)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36-() Acidente de Trânsito	39-CNPJ Seguradora:	40-No.Bilheta:	41-Série:
37-() Acidente Trabalho Típico			
38-() Acidente Trabalho Trajeto	42-CNPJ Empresa:	43-CNAE Empresa:	44-CBOR:
45 - Vínculo com a Previdência:			
() Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado			

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização:	48-Documento:	49-Num. Documento:
		() CNS () CPF	
51 - Assinatura Paciente ou Responsável:		50-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)	
		Usuário: (ERICA LARISSA)	
		Consulta Local: 589062	
		Consulta SUS:	



PRESCRIÇÃO MÉDICA

Obavite

[illegible]



HUT - HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA

Laboratório Dr. Zenon Rocha

Rua Dr. Otto Tito, 1820 - Redenção - Teresina-PI - Telefone: (86) 3229-4247

Nome : PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Id,Sx : 32a , M

Pedido: 3292118

Médico: FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA

Emissão: 06/01/2017 às 01:52

Fl. 2/26

Registro: 11138025

Clinica: P01

Origem : HUT-HUT

Destino: HUT

Cadastro: 05/01/2017 às 23:01

Coletado em 05/01/2017 às 23h 43min

RETRAÇÃO DO COÁGULO

RESULTADO: Total

Método: Qualitativo

Material: SANGUE TOTAL

Liberado em 06/01/2017 às 01:52

VALOR DE REFERÊNCIA: Retração Total

BRB Santos

Liberado por Bruna Raquel Barros dos Santos - CRP-PI-746

Coletado em 05/01/2017 às 23h 43min

TEMPO DE SANGRAMENTO

RESULTADO: 01' 30" minuto

Material: SANGUE TOTAL

Liberado em 06/01/2017 às 01:52

VALOR DE REFERÊNCIA: 1 a 4 minutos

BRB Santos

Liberado por Bruna Raquel Barros dos Santos - CRP-PI-746

Coletado em 05/01/2017 às 23h 43min

TEMPO DE COAGULAÇÃO

RESULTADO: 07' 00" minuto

Método: Les-White

Material: SANGUE TOTAL

Liberado em 06/01/2017 às 01:52

VALOR DE REFERÊNCIA: 4 a 12 minutos

Dr. Cassia M. L. E. Vilarinho
DIRETORA ADM. FINANCEIRA/ EGV
CRM: 2794 / CPE 150.329.903-10

BRB Santos

Liberado por Bruna Raquel Barros dos Santos - CRP-PI-746

Coletado em 05/01/2017 às 23h 43min

PROVA DO LAÇO

RESULTADO: Negativa

Método: Rumpel-Leede

Liberado em 06/01/2017 às 01:52

VALOR DE REFERÊNCIA: Negativa

BRB Santos

Liberado por Bruna Raquel Barros dos Santos - CRP-PI-746

HOSPITAL DE URGÊNCIA VARGAS
CONFIRMAR COM ORIGINAL
Em 14/01/2017
Edna Maria de Jesus Silva
Médica - CRM 155.9
CPE 150.329.903-10





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES** (Prontuário: 432129)
Endereço: RUA LUCRECIO DANTAS Nº 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 22/06/1984 Idade: 32a:7m:15d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 589262
Requisição: 710031 Solicitação: 05/01/2017 Solicitante: FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO
Controle: 885371 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030037

Data Exame: 05/01/2017

T.C. DE QUADRIL

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais dos quadris de 10 mm de espessura com intervalo de 10 mm.

RELATÓRIO:

- FRATURA COMINUTIVA DAS PAREDES POSTERIOR E INFERIOR DO ACETÁBULO ESQUERDO.
- ARTICULAÇÕES COXO-FEMURAIS E SACRO-ÍLIACAS COM SUPERFÍCIE E ESPAÇO ARTICULAR PRESERVADOS.
- NÃO HÁ EVIDÊNCIA DE LESÕES EXPANSIVAS OU OSTEONECROSE.


(JORGE AUGUSTO)

TERESINA - PI 06/01/2017

RAPHAEL VELOSO NUNES MARTINS

CPF: 940.719.343-87 CRM 3645

Profissional Responsável


Raphael Veloso Nunes Martins
CRM 3645
Profissional Responsável





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
Fundação Hospitalar de Teresina - FHT

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 N.º do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1.º hospital	08 Saída do 1.º hospital	09 Chegada ao 2.º hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro			
	12 Município-UF	Código IBGE			
Dados do Paciente	13 Ponto de referência	14 Nome			
	15 Sexo	16 Idade			
Tipo de Ocorrência	17 Indícios de ingestão de bebida alcoólica?				
	18 Tipo de ocorrência				
Acidente de Transporte	19 Vítima				
	20 Meio de locomoção				
Exame Físico	21 Outra parte envolvida				
	22 Equipamentos de segurança				
Assistência	23 Glasgow =				
	24 Sinais Vitais				
Hospital de Destino	25 Local da lesão				
	26 Pupilas				
Observações Interdisciplinares	27 Pulso				
	28 Sangramento				
29 Dor					
30 Fratura					
31 Procedimentos realizados					
32 Hospital de Destino					
33 Condições de entrada					
34 Óbito					
Observações Interdisciplinares					
Assinaturas					



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES** (Prontuário: 432129)
Endereço: RUA LUCRECIO DANTAS Nº 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 22/06/1984 Idade: 32a:7m:1d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 589262
Requisição: 710004 Solicitação: 05/01/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 885340 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204040035

Data Exame: 05/01/2017

OMBRO DIREITO

O estudo radiológico do ombro esquerdo foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Fratura no úmero proximal.
- Partes moles sem particularidades.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 23/01/2017

GERSON LUIS MEDINA PRADO

CPF: 395.685.043-20 CRM-PI 2687

Profissional Responsável

[Handwritten signature]
TERESINA - PI 23/01/2017





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES** (Prontuário: 432129)
Endereço: RUA LUCRECIO DANTAS N° 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 22/06/1984 Idade: 32a:7m:1d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 589262
Requisição: 710004 Solicitação: 05/01/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 885341 Convênio: SUS

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060150

Data Exame: 05/01/2017

PE OU PODODACTILO DIREITO

O estudo radiológico do pé direito foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Estrutura óssea conservada.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

Conclusão: Exame normal.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 23/01/2017

GERSON LUIS MEDINA PRADO

CPF: 395.685.043-20 CRM-PI 2687

Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Página 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES** (Prontuário: 432129)
Endereço: RUA LUCRECIO DANTAS Nº 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 22/06/1984 Idade: 32a:7m:1d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 589262
Requisição: 710004 Solicitação: 05/01/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 890571 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204020034

Data Exame: 05/01/2017

COLUNA CERVICAL

O estudo radiológico da coluna cervical foi realizado nas incidências em perfil. os seguintes aspectos foram observados:

- Corpos e arcos vertebrais anatômicos.
- Espaços intervertebrais conservados.
- Articulações unco-vertebrais e interapofisários sem alterações.

CONCLUSÃO: Exame normal.


(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 23/01/2017

GERSON LUIS MEDINA PRADO

CPF: 395.685.043-20 CRM-PI 2687

Profissional Responsável


Gerson Luis Medina Prado
CRM-PI 2687
Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.322.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES** (Prontuário: 432129)
Endereço: RUA LUCRECIO DANTAS Nº 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 22/06/1984 Idade: 32a:7m:14d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 589262
Requisição: 710006 Solicitação: 05/01/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 885342 Convênio: SUS

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010079

Data Exame: 05/01/2017

T.C. DE CRANIO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais de 5 e 10mm de espessura da base a convexidade do crânio no plano canto-meatal.

RELATÓRIO:

- PARENQUIMA CEREBRAL E CEREBELAR COM COEFICIENTE DE ATENUAÇÃO DENTRO DA NORMALIDADE.
- AUSÊNCIA DE COLEÇÃO EXTRA- AXIAL.
- SISTEMA VENTRICULAR COM DIMENSÕES E MORFOLOGIA NORMAIS.
- CISTERNAS E SULCOS DA CONVEXIDADE SEM ALTERAÇÕES.
- AUSÊNCIA DE CALCIFICAÇÕES PATOLÓGICAS.

CONCLUSÃO: EXAME DE ASPECTO NORMAL.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 05/01/2017

LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI

Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES** (Prontuário: 432129)
Endereço: RUA LUCRECIO DANTAS N° 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 22/06/1984 Idade: 32a:7m:14d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 589262
Requisição: 710020 Solicitação: 05/01/2017 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 885356 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206010010

Data Exame: 05/01/2017

T.C. DE COLUNA CERVICAL

EXAME REALIZADO ATRAVÉS DE CORTES AXIAIS COM 5mm DE ESPESSURA E 5mm DE INCREMENTO, MOSTROU:

- ESTRUTURA E DENSIDADE ÓSSEAS CONSERVADAS.
- CORPOS VERTEBRAIS CERVICAIS BEM ALINHADOS E COM CONFIGURAÇÃO ANATÔMICA.
- LÂMINAS E PEDÍCULOS ÍNTEGROS.
- ARTICULAÇÕES INTERAPOFISÁRIAS E UNCOVERTEBRAIS SEM ALTERAÇÕES.
- CANAL MEDULAR ÓSSEO COM DIMENSÕES ANATÔMICAS.


(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 05/01/2017

LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS

CPF: 890.717.783-04 CRM 3508 PI

Profissional Responsável


LEONARDO AFONSO NOGUEIRA MATOS
CRM 3508 PI
Profissional Responsável





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT
Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3229 4872
TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Página 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES** (Prontuário: 432129)
Endereço: RUA LUCRECIO DANTAS Nº 29 - AGUA MINERAL - TERESINA - PI CEP: 64069-990
Nascimento: 22/06/1984 Idade: 32a:7m:2d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 589262
Requisição: 710028 Solicitação: 05/01/2017 Solicitante: FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA COUTINHO
Controle: 885365 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060095

Data Exame: 05/01/2017

QUADRIL

O estudo radiológico do quadril foi realizado nas incidências em pa/perfil.
Os seguintes aspectos observados:

- Estrutura óssea conservada.
- Superfícies e espaços articulares íntegros.
- Partes moles sem alterações.

Conclusão: Exame normal.


(LUIS CEZAR)

TERESINA - PI 24/01/2017

GERSON LUIS MEDINA PRADO

CPF: 395.685.043-20 CRM-PI 2687

Profissional Responsável


Nomes: Gerson Luis Medina Prado
Data: 05/01/2017
Assinatura: Gerson Luis Medina Prado



SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

SUS

Paulo Sergio Ferreira Gomes

D. Wilson Rodrigues

PRONTUÁRIO MÉDICO

247811

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
TOMOGRAFIA COMPUTADO
EXAME TC DE Q

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
SECRETARIA DE SAUDE DO ESTADO DO PIAUI
SECRETARIA DE ENFERMAGEM

COPIA COM ORIGINAL

Nome: Maria André de Silva

Matrícula: 019065-9

CPF: 275.080.303-97

COPIA DE PRONTUÁRIO

PACIENTE ADMITIDO NA CLÍNICA ORTOPÉDICA

Enf. _____ Leito _____

	Sim	Não
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Dr. Cassia M. D. A. Vilarinho
COORDENADORA ADM. FINANCEIRA / RGT
GRN: 8794 / CPF: 153.329.903-10

JD-01-RGT



NOME DO HOSPITAL:
CONTATO FEITO COM:
CONFIRMADO A VAGA:

SIM (X) NÃO ()

ORTOPEDIA

2017 0109 14452

I - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

NOME:

Paulo Sérgio Ferreira

IDADE:

32

ESTADO CIVIL:

ENDEREÇO:

RESPONSÁVEL:

DN - 22106184

SUS - 701.800.212.505.179

HCM/SERVIÇO SOCIAL

Autorizo abertura de prontuário

Teresina, 13/08/17

Aux. Maria

I - TRANSFERÊNCIA

CLÍNICO ()

CIRÚRGICO (X)

CONDIÇÕES CLÍNICA DO PACIENTE (LEGÍVEL E DETALHADO):

C 110 5324

BEG

S 32-4

04/08/04/02/84

EXAMES REALIZADOS:

Rx, hemograma

DIAGNÓSTICO:

Frot. acetabulo

Autorizo Transferência
Para: Helio

Data: 13/08/17

TRATAMENTO REALIZADO:

Imobilizado

MOTIVO DA TRANSFERÊNCIA:

Revisão

Dr. Cassia M. L. B. Vilarinho
DIRETORA ADM. FINANCEIRA/ HGV
CRN: 0744/CE-150.329.903-10

Assistente Social - HUT
CRESS 114 - 22 Região

Dr. Cláudio Silva Moura
Médico
CRM - 6401 MA

DATA:

09, 08, 17

MOD-04 - HUT

Ass. e carimbo do médico

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM ORIGINAL
Em 14/08/17
Edna Maria de Jesus Silva
Matrícula: 018065-9
- 403-97



Prontuário: 201941 PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Endereço: LUCRECIO DANTAS AVELINO

720 AGUA MINERAL

Cidade: TERESINA

UF:PI CEP: 64007-500

Sexo: M DT. Nasc: 22/06/1984 (Idade: 32 Anos 6 Meses 22 Dias Estado Civil: C Profissão: OUTROS

Cadastro: 13/01/2017 Telefone: 86 3214.2170 Cartão SUS: 701800212505179 CPF: 00743583329

Pai: JOAO FERREIRA GOMES

Mãe: MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES

Cônjuge:

Responsável: MARLENE ARAUJO DOS SANTOS

Endereço: LUCRECIO AVELINO

720 AGUA MINERAL

Cidade: 2975

UF:PI CEP: 64007-500

João
Funcionário do SAME

Queixa Principal:

H.D.A.

Ant. Pessoais:

Ant. Hereditários:

Exames Físicos:

Geral:

Cabeça e Pescoço:

Tórax:

Abdomen:

Membros:

Genitais:

Específicos

Dr. Cassia M. L. B. Vilarinho
DIRETORIA ADM. FINANCEIRA/ EGV
CRM: 0794 / CFE 150.329.903-10

Diagnóstico:

Plano Terapêutico:

Data / Hora: / / :

Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente

CONFERE ORIGINAL
14/01/2019
LUCRECIO AVELINO
MÉDICO
CPF: 275.002.303-97
CONTABILIDADE



Atendimento

Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL GETULIO VARGA

Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL GETULIO VARGA

D. LIBERA: 07/02/2017

DT. LAUDO: 27/11/2017

PROCED.: 0408040289 TRATAMENTO CIR. DE FRATURA / LUXAÇÃO COXOFEM

OP. SIST.: LUPINHA

CID: S324

Atendimento

247811

ASS. MÉDICO RESPONSÁVEL

Identificação do Paciente

Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

6 - Prontuário: 201941

CNS: 701800212505179

8 - Nascimento: 22/06/1984 02:00

9 - Sexo: M

CPF: 007.435.833-29

- Mãe: MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES

12 - Fone: 86-3.2142170 / 99442199

- Resp: MARLENE ARAUJO DOS SANTOS

14 - Cor: PARDA

- Ender: LUCRECIO DANTAS AVELINO

720 AGUA MINERAL 19 - CEP: 64007-500

- Munic: TERESINA

17 - Cod. IBGE: 221100

18 - UF: PI

RG: 21694-56

Justificativa da Internação

- Principais Sinais e Sintomas Clínicos:

Paciente com fratura de acetábulo
desviada necessitando de fixação

- Condições que justificam a internação:

Anamnese + exame físico

- Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)

Radiografia

Dr. Cassia M. V. B. Vilhinho
DIRETORA ADM. FINANCEIRA / RGV
CRN: 0794 / CPF: 150.329.763-10

- Diagnóstico Inicial:

24 - Cid Princ.: S324

25 - Cid Sec.: _____

26 - Cid C.Ass.: _____

RATURA DO ACETABULO

Procedimento Solicitado

- Cod. Proced. 27 - Procedimento Solicitado:

0408040289 TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LUXAÇÃO COXOFEMORAL C/ FRATURA DA EPÍFISE FEMORAL

- Clínica:

30 - Caráter:

Ident.: 02

31 - Documento:

32 Doc. Med. Solic. 18400817320

- Nome Profissional / Assistente
SE WILSON RODRIGUES

34 - Data de Solicitação:
13/01/2017

Tem SUS
Dr. Neomar Soares da Silva
COORDENADOR DE TRAUMATOLOGIA
CRM-MA 8503
TEO 34742
Ass. Carimb. Med. Solicitante

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

() Acidente de Trânsito.

39 - CNPJ Segurado:

42 - N.º Bilhete.

41 - Serie

() Acidente de Trabalho Típico.

42 - CNPJ Empresa:

43 - CNAE, Empresa

44 - CBOR.

() Acidente de Trabalho Trajetado.

- Vínculo com a Previdência. () Empregado

() Empregador

() Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

() Não Segurado.

Autorização

- Nome do Profissional Autorizador

47 - Data Autorização.

- Documento

49 - Num. Documento

Dr. Tony de Castro Leite
Assessoria de Auditoria - DRCA/SMS
CPF: 275.071.053-49
CRM-MA 8503
SUS - Carimbo (RG Conselho)

Assinatura Paciente ou Responsável.

Marlene Araujo dos Santos Gomes

Usuário: JOSINA.LOPES
Consulta Local:
Consulta SUS:
Impressão 17:40:55

HOSPITAL GETULIO VARGA

CONFERE COM ORIGINAL

Em, 14/01/2017
Edna M. Silva

Matrícula: 150329

CPF: 150.329.763-10



Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL GETULIO VARGAS	2 - CNES 2726971	Atendimento 247811
3 - Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL GETULIO VARGAS	4 - CNES 2726971	

Identificação do Paciente

5 - Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES	6 - Prontuário: 201941
7 - CNS: 701800212505179	8 - Nascimento: 22/06/1984 02:00
11 - Mãe: MARIA DO CARMO RODRIGUES GOMES	12 - Fone: 86-3.2142170 / 99442199
13 - Resp: MARLENE ARAUJO DOS SANTOS	14 - Cor: PARDA
15 - Ender: LUCRECIO DANTAS AVELINO 720 AGUA MINERAL 19 - CEP: 64007-500	17 - Cod. IBGE: 221100
16 - Munic: TERESINA	18 - UF: PI RG: 21694-56

Justificativa da Internação

20 - Principais Sinais e Sintomas Clínicos:
21 - Condições que justificam a internação:
22 - Principais Resultados de Provas Diagnósticas (Resultado de Exames Realizados)
23 - Diagnóstico Inicial: FRATURA DO ACETABULO
24 - Cid Princ.: S324
25 - Cid Sec.: _____
26 - Cid C.Ass.: _____

Dr. Cássia M. L. B. Vilarinho
DIRETORA ADM. FINANCEIRA / RGV
CRN: 0794 / CPF: 150.329.009-10

Procedimento Solicitado

28 - Cod. Proced. 0408040289	27 - Procedimento Solicitado: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LUXAÇÃO COXOFEMORAL C/ FRATURA DA EPÍFISE FEMORAL	Tempo SUS 8
29 - Clínica: CL. GINECOLOGICA	30 - Carater: 02	31 - Documento: 18400817320
33 - Nome Profissional / Assistente JOSE WILSON RODRIGUES	34 - Data de Solicitação: 13/01/2017	35 - Ass. Carimb. Med. Solicitante

Preencher em caso de Causas Externas (Acidentes ou Violências)

36 - () Acidente de Trânsito.	39 - CNPJ Seguradora:	42 - Nº. Bilhete.	41 - Série.
37 - () Acidente de Trabalho Típico.	42 - CNPJ Empresa:	43 - CNAE, Empresa	44 - CBOR.
38 - () Acidente de Trabalho Trajetado.			
45 - Vínculo com a Previdência. () Empregado () Empregador () Autônomo () Desempregado () Aposentado () Não Segurado.			

Autorização

46 - Nome do Profissional Autorizador	47 - Data Autorização.
48 - Documento	49 - Num. Documento
50 - Ass. Carimbo (RG Conselho)	

51 - Assinatura Paciente ou Responsável.	Usuário: JOSINALOPES
<i>M. Marlene Araújo dos Santos Gomes</i>	Consulta Local:
	Consulta SUS:
	Impressão: 17:40:55

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM ORIGINAL
Em, **14/01/2017**
Edna Maria **da Silva**
Médica **01/01/2017**
CPF: **150.329.009-10**



MATERIAL UTILIZADO NO PROCEDIMENTO

DISCRIMINAÇÃO		UNID	QUANT	DISCRIMINAÇÃO		UNID	QUANT
LÍQUIDOS E SOLUÇÕES				AGULHAS E SÉRINGAS			
SORO FISIOLÓGICO 0,9%	ml	frasco	03	AGULHA DE RAQUE N°	unid		
SORO FISIOLÓGICO 0,9%	ml	frasco		AGULHA PERIDURAL N°	unid		
SORO GLICOSADO 50%	ml	frasco		AGULHA 25X7	unid		01
RINGER LACTATO	ml	frasco		AGULHA 30X7	unid		
ÁGUA DESTILADA	ml	frasco		AGULHA 40X12	unid		02
ÁGUA PARA INJEÇÃO 10ml		amp	*	AGULHA DE INSULINA	unid		
MANITOL 3% 200ml		frasco		SCALP N°	unid		
FORMOL		ml		JELCO N°	unid		
ÁGUA OXIGENADA		ml		SERINGA DE 60 ml	unid		
ALCOOL 70%		ml		SERINGA DE 20 ml	unid		
PVPI DEGERMANTE		ml	40	SERINGA DE 10 ml	unid		
PVPI TÓPICO		ml		SERINGA DE 5 ml	unid		
CLOREXIDINA		ml		SERINGA DE 3 ml	unid		
BSS 500 ml		frasco		SERINGA DE 1 ml	unid		
VOLUVEN 6% 500ml		frasco					
				DRENOS			
				DRENO DE PENROSE N°	unid		
				DRENO DE SUÇÃO N°	unid		
				DRENO DE TORAX N°	unid		
				DRENO DE KHER	unid		
FIOS				OUTROS MATERIAIS			
CON N°		unid		LÂMINA DE BISTURI N° 24	unid		
CON N°		unid		LÂMINA DE BISTURI N°	unid		
CATGUT SIMPLES N°		unid		GAZES	pacote		93
CATGUT CROMADO N°		unid		ESPARADRAPO	cm		
CATGUT CROMADO N°		unid		MICROPORE	cm		
ALGODÃO COM AGULHA N°		unid		COMPRESSAS	unid		
ALGODÃO SEM AGULHA N°		unid		ALGODÃO	bola		01
VYCRIL N°		unid		EQUIPO MACROGOTAS	unid		
VYCRIL N°		unid		EQUIPO	unid		
PROLENE N°		unid		EQUIPO PARA SANGUE	unid		
PROLENE N°		unid		TORNEIRINHA	unid		
MONOCRYL N°		unid		POLIFIX	unid		
PDS N°		unid		TRANSOFIX	unid		
		unid		IRRIGOPLAS Vias	unid		
		unid		ESCOVA PARA DEGERMAÇÃO	unid		
		unid		CATETER DUPLO JOTA	unid		
		unid		CATETER VENOSO DUPLO LUMEN	unid		
		unid		TUBO OROTRAQUEAL N°	unid		
LUVAS				FILTRO BACTERIOLÓGICO P/TOT	unid		
PROCEDIMENTO		par	40	CAPA PARA VIDEO	unid		
ESTERIL N°		par		CAPA PARA MICROSCÓPIO	unid		
ESTERIL N°		par		LENTE INTRAOCULAR N°	unid		01
ESTERIL N°		par					
ESTERIL N°		par					
SONDAGEM							
SONDA URETRAL N°		unid					
SONDA DE FOLEY 2 Vias N°		unid					
SONDA DE FOLEY 3 Vias N°		unid					
SONDA NASOGÁSTRICA N°		unid					
SONDA NASOENTERAL N°		unid					
COLETOR DE URINA FECHADO		unid					
COLETOR DE URINA ABERTO		unid					
XYLOCAINA GELEIA 2%		tubo					
SONDA RETAL N°		unid					
VASELINA		tubo					

ANOTAÇÕES E OCORRÊNCIAS

Ediz. 10
Circulante - COREN

Hora: _____

Instrumentadora COREN



CONFERE COM ORIGINAL
EM 14/11/19
Edna Maria de Sousa Silva
Matrícula: 019065-9
CPF: 078.380.303-97

Dr. Cassia M.L.B. Vilarinho
CRM: 0784 / CRM: 159329303-10
DIRETORIA ADM. FARMACIA/BCV

Anestesiologia CRM

Altopina	Amp	Neostigmina	Amp	Remifentanyl	Fras	Lidocaina 2% v	Fras
Adrenalina	Amp	Nitride	Amp	Ringer-Lactado	Fras	Novabup 0.5 v	Fras
Agua dest 10ml	Amp	Nordrenalina	Amp	Sufentanil	Fras	Transamin	Amp
Cipro 500mg	Fras	Neocaina 0.5%	Amp	S. Fisioiog. 0.9%	Fras	S. Clitosado 5%	Fras
Cetazolina 1g	Amp	Neocaina 0.5% Peck	Amp				
Clonidina	Amp	Omeprazol	Fras				
Colide ()	Fras	Pancurônio 1%	Amp				
Lexanetasona	Amp	Propofol	Amp				
Amor	Amp	Protamina	Fras				
Dipirona	Amp	Quetina	Fras				
Dobutamina	Amp						

MEDICAMENTOS UTILIZADOS

Ar Medicinal

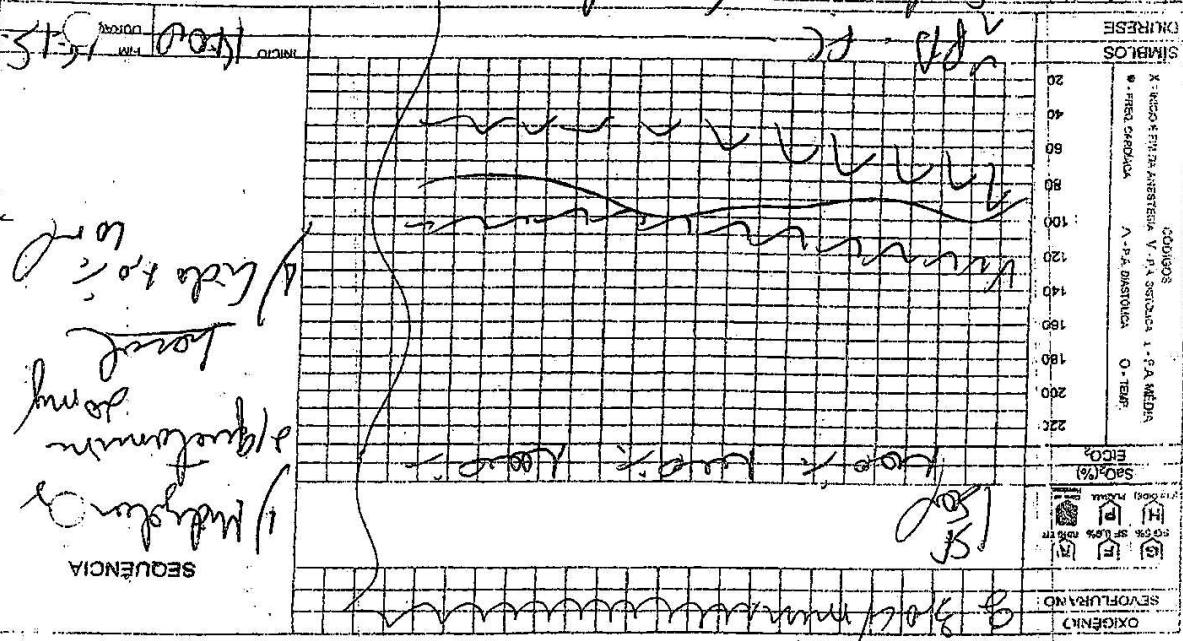
GASES

Oxigenio

ECG ☐ PVC ☐ Oxigenio ☐

PAM ☐ PANI ☐ Capnografo ☐

Tempo



PACIENTE

PROCEDOMIO

RESPIRACAO

TEMPERATURA

PESO

ALTURA

UREIA

CREATININA

OUTROS

ESTADO FISICO

DATA DE NASC.

IDADE

PESO

SEXO

DATA

PROF. QUARTO

DATA

PROF. QUARTO

BOLHEIM DE ANESTESIA





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

FICHA DE AVALIAÇÃO PRÉ-ANESTÉSICA

IDENTIFICAÇÃO PACIENTE

NOME: Paulo Sérgio Ferreira Gomes SEXO ☐ M ☐ F Idade: 49a Data Nasc. 1/1
Cirurgia Proposta: px ombro / cotovelo / acromioclavicular
Cirurgião: _____

INTERROGATÓRIO SINTOMATOLÓGICO: Asa 1

SISTEMA CARDIOVASCULAR	<input type="checkbox"/> HAS	<input type="checkbox"/> Palpitação	<input type="checkbox"/> Edema MMII	<input type="checkbox"/> Dor precordial	<input type="checkbox"/> Marcapasso	<input type="checkbox"/> Vari.
SISTEMA RESPIRATÓRIO	<input type="checkbox"/> Dispnéia	<input type="checkbox"/> Tosse	<input type="checkbox"/> Asma	<input type="checkbox"/> Cianose	<input type="checkbox"/> Hemoptise	<input type="checkbox"/> Apn.
SISTEMA DIGESTIVO	<input type="checkbox"/> Dor epigástrica	<input type="checkbox"/> Gastrite	<input type="checkbox"/> Refluxo	<input type="checkbox"/> Hepatite	<input type="checkbox"/> Cirrose	
SISTEMA UROGENITAL	<input type="checkbox"/> Disúria	<input type="checkbox"/> Poliúria	<input type="checkbox"/> Dor lombar	<input type="checkbox"/> DUM (mulher)		
SISTEMA ENDÓCRINO	<input type="checkbox"/> Diabetes	<input type="checkbox"/> Doenças da tireóide				
SISTEMA HEMATOLÓGICO	<input type="checkbox"/> Anemia	<input type="checkbox"/> Sangramentos	<input type="checkbox"/> Transfusão sanguínea			
SISTEMA IMUNOLÓGICO	<input type="checkbox"/> Alergias	<input type="checkbox"/> Herpes	<input type="checkbox"/> Transfusão sanguínea			
SISTEMA LOCOMOTOR	<input type="checkbox"/> Fraq. muscular	<input type="checkbox"/> Dor articular	<input type="checkbox"/> Patol. coluna	<input type="checkbox"/> Déficit locomoção		
SISTEMA NEUROLÓGICO	<input type="checkbox"/> Convulsão	<input type="checkbox"/> Desmaio	<input type="checkbox"/> Cefaleia	<input type="checkbox"/> Parestasias		

OBS: _____

Medicamentos em Uso: Reflexin 6/6h, dexame 1x/d

ANTECEDENTES PESSOAIS / FAMILIARES:

Cirurgias / Anestésias anteriores: cir. dermatológica (2011) / otorinolaring (2011)

Intercorrências: _____

Hemotransfusão: _____

Antecedentes Familiares:

☐ Tabagismo ☐ Etilismo ☐ Uso de Tóxicos ☐ Alergias: não

EXAME FÍSICO

Estado Físico: BGG EG: BGG Peso: _____ Altura: 1,30 PA: 130/70 FC: 89
Avaliação via aérea: Mallampati Mobilidade pescoço: _____ Dentes: _____ Limitação ATM ☐
Distância esterno/mento: ☐ < 12,5cm ☐ > 12,5cm Coluna Vertebral: _____
SCV: _____
SR: _____
Outros: _____

RESULTADOS EXAMES LABORATORIAIS: 13/01/17

HT: _____ (%) 38,2 HB (g%): 13,1 Plaquetas (mm3): 349000 TTPa: _____ TP: _____ INR: _____
Ionograma (K): 8,260 Na: _____ Ca: _____ K: _____ Outros: _____
Glicemia: _____ Uréia: _____ Creatinina: 1,1 coagulo - ul
RX do Tórax: _____

ECG: _____

Risco Cirúrgico: _____

Parecer Cardiológico: _____

Outros Exames: _____

Dr. Cassiano L. B. Vilarinho
DIRETOR ADJ. FINANCEIRO HGV
CRM: 0731 / CPF: 150.329.903-10

CONDUTA:

Liberado: ☒ SIM ☐ NÃO

Observação: _____

ORIENTAÇÃO:

Jejum: 8h

Medicação: _____

Cuidados: Suspender dexame 12h antes de cirurgia

Anestesia Proposta: Bloqueio de plexo / geral - avaliar risco

Data consulta: 17/01/17 Hora: _____

Assinatura Médico / CRM / Carimbo: _____

Lotana Mendes C. Lúcio
Anestesiologista
CRM-P: 2819





HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
COORDENAÇÃO DO CENTRO CIRÚRGICO
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE SEGURANÇA CIRÚRGICA

Paciente: Paulo Sérgio Ferreira Gomes

DATA DE NASCIMENTO: 22/06/84

Prontuário: 201941

Data: 18/01/17

CHECAGEM ANTES DA INDUÇÃO ANESTÉSICA	CHECAGEM ANTES DA INCISÃO CIRÚRGICA	CHECAGEM ANTES DO PACIENTE SAIR DA SALA DE CIRURGIA
Identificação (SIGN-IN): Confirmar com o paciente: Identidade (nome e Data de nascimento): <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Jejum? <input checked="" type="checkbox"/> Sim - Quantas horas? <u>2</u> () Não Procedimento programado: <u>RMN</u> Sítio demarcado <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica Usar dispositivo médico? () Sim () Não Está na sala e conferido? Consentimentos informados preenchidos e assinados: Para a anestesia <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Para a cirurgia <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Exames de imagens essenciais estão disponíveis? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não () Não se aplica <u>No prontuário</u> Avaliação pré-anestésica realizada (ficha no prontuário): <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Materiais/medicamentos para a anestesia disponíveis na sala? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Monitor cardíaco e Oxímetro de pulso no paciente e funcionando? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não O paciente possui alergia? () Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Quais? <u>Não</u> O paciente tem via aérea difícil ou risco de aspiração? () Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Equipamentos para assistência disponíveis? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não O paciente tem risco de perda sanguínea > 500 ml (criança > 7 ml/Kg)? () Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Tem acesso endovenoso adequado? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Tem reserva de sangue () Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Confirmações (TIME-OUT): Todos os membros da equipe se apresentaram pelo nome e função. Todos os responsáveis confirmaram verbalmente a(o): <input checked="" type="checkbox"/> Identificação do paciente (nome e data de nascimento) <input checked="" type="checkbox"/> Procedimento programado <input checked="" type="checkbox"/> Sítio Cirúrgico demarcado Placa de bisturi posicionada corretamente: () Sim () Não () Não se aplica A profilaxia antimicrobiana foi realizada nos últimos 60 minutos? () Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica Antecipação de eventos críticos: Equipe cirúrgica: alguma etapa crítica prevista? () Sim - Qual? () Não Equipe de anestesia: alguma preocupação específica com o paciente? () Sim - Qual? () Não Checagem da equipe de enfermagem: Todos os instrumentais estão disponíveis? () Sim () Não Todos os instrumentais estão esterilizados? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Todos os equipamentos necessários estão disponíveis? <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não	Registros (CHECK-OUT): Procedimento realizado: Contagem das compressas correta? () Sim () Não () Não se aplica Contagem dos instrumentais cirúrgicos correta? () Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica Contagem de agulhas correta? () Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica As amostras/biópsias para a anatomia patológica estão identificadas (nome do paciente e data de nascimento; local anatômico de origem; quantidade de amostras)? () Sim () Não <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica Registros completos no prontuário: Do procedimento intraoperatório <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Do procedimento anestésico <input checked="" type="checkbox"/> Sim () Não Todos os medicamentos administrados foram registrados e checados? () Sim () Não () Não se aplica Todas as recomendações médicas para os cuidados no pós-operatório imediato estão prescritos? () Sim () Não Houve algum problema com equipamentos que deve ser resolvido? () Sim - Qual? () Não
Cirurgião	Anestesta	Enfermeira (o)

CONFIRMAÇÃO ORIGINAL

MOD.135-HGV

Wagner HAD e JM

Daniel
Instrumentador (a)

Felipe
Cirurgião

Poliana Almeida
ENFERMEIRA
COREN-PI 300.55



GERAL

Dados do Paciente		
Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES	Nascimento: 22/06/1984	Estado Civil: Casado
Prontuário: 201941		
Cartão SUS: 701800212505179		

Observação: Caso o declarante não seja o paciente, preencher o espaço abaixo.

Representante / Responsável Legal	
Nome: MARLENE ARAUJO DOS SANTOS	
Estado Civil: Casado	CPF: 66309697315
Parentesco: ESPOSO (A)	

Eu, _____
 (paciente ou responsável legal pelo paciente acima citado), que sou/é portador da doença _____
 devendo ser submetido ao tratamento e/ou procedimento de _____

DECLARO ter recebido todas as explicações necessárias sobre os riscos inerentes a minha doença/doença do paciente e ao tratamento e/ou procedimento que serei/será submetido, tais como:

1. Exo anestésico
2. Neurologo
3. Neurologia
4. Algo
5. Tratamento

Estou ciente ainda que o presente termo de consentimento está em conformidade com a Lei 8.078/90 (Código de defesa do consumidor) e o Código de Ética Médica (artigo 22).

Teresina (PI), 13/01/2017

Assinatura do Paciente ou Responsável e RG

Assinatura do Médico Responsável - CRM

Dr. Cassio M. L. Z. Vilarinho
 DIRETORIA ADM. FINANCEIRA/EGV
 CRM: 0794 / CPF: 150.329.903-10

Av. Frei Serafim, 2352 - Centro/Sul - CEP: 64001-020 - Teresina - PI - Tel. 86-3221-3040

ORIGINAL
 Em 14/01/2017
 Edna Maria Antunes de Silva
 Matrícula: 000065-9
 CPF: 275.000.003-07
 CÓPIA DE PRONTUÁRIO





SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS



TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO
ANESTESIA

330-06

DADOS DO PACIENTE		
Nome:	Paulo Sérgio F. Gomes	
Prontuário:	Nascimento:	Estado Civil:
Cartão do SUS:		

Observação: caso o declarante não seja o paciente, preencher o espaço abaixo:

REPRESENTANTE / RESPONSÁVEL LEGAL		
Nome:		
Estado Civil:	Nascimento:	RG/CPF:
Parentesco:	Residente em:	

Eu, _____
responsável pelo paciente acima citado, que é portador da doença _____
devendo ser submetido ao tratamento e/ou procedimento de _____

DECLARO ter recebido todas as explicações necessárias sobre os riscos inerentes a sua doença e ao procedimento que será submetido, tais como:

1. hipertensão / arritmia
2. ressecado alveolar
3. parada cardiorrespiratória
4. óbito

Dr. Cassia M. L. B. Vilarinho
DIRETORA ADM. FINANCEIRA / BGV
CRM: 9794 / CPF: 189.323.933-10

Estou ciente ainda de que o presente Termo de Responsabilidade está em conformidade com a Lei 8.078/90 pelo Código de Ética Médica nos seus artigos 46 a 90.

Teresina (PI), 17 de 01 de 2017

Assinatura do Paciente ou Responsável e RG

Assinatura do Médico Responsável - CRM

Av. Frei Serafim, 2352 - Centro/Sul - CEP: 64001-020 - Teresina - PI - Tel. 65-3221-3040

14
CÓPIA DE MONITÓRIO



(Realizar antes do paciente ir para o CC)
 NOME: Paulo Sérgio Ferreira Gomes DN: 22/06/84
 CLÍNICA: Rijungia III DATA: 18/01/17 HORÁRIO: 11:40

Nº	ITENS A SER CONFERIDO ANTES DE O PACIENTE IR AO CENTRO CIRÚRGICO	CHECAR
1	Conferir a identificação do paciente (pulseira – nome completo e data do nascimento)	✓
2	Conferir se o paciente encontra-se com a marcação cirúrgica da lateralidade	✓
3	Confirmar com o Centro cirúrgico se o paciente será operado	✓
4	Conferir se os termos de consentimento da anestesia estão preenchidos e assinados	✓
	Conferir se o termo de consentimento da cirurgia encontra-se assinado	✓
5	Conferir se o paciente tomou banho e esvaziou a bexiga	✓
7	Verificar a retirada de adornos, prótese dentária, esmalte nas unhas	✓
8	Orientar a retirada de roupa íntima	✓
9	Preparar o paciente com a vestimenta apropriada (camisola, gorro e pró-pés)	✓
10	Conferir o jejum	✓
11	Verificar se o paciente tem alergia e registrar no prontuário	✓
12	Identificar junto ao paciente e prontuário o procedimento a ser realizado, exames pré-operatórios e parecer cardiológico	✓
13	Verificar e anotar os SSVV no prontuário (incluir a dor)	✓
14	Fazer o registro de enfermagem do encaminhamento ao cc no prontuário	✓
15	Solicitar o maqueiro para o transporte e encaminhar o paciente ao centro cirúrgico de maca ou cadeira de rodas, acompanhado pelo técnico de enfermagem obrigatoriamente	✓

OBS: DEVERÁ SER VERIFICADO E CHEGADO (✓) CADA ITEM

*a assinatura deve ser feita pelo profissional que preencheu.

ASSINATURA DA (O) ENFERMEIRA (O) E
CARIMBO

ASSINATURA DO TÉCNICO OU AUXILAR DE
ENFERMAGEM E CARIMBO

Av. Frei Serafim, 2352 - Centro - CEP: 64001-020 - Teresina - PI - Tel. 86 - 3221-3040

Dr. Cassia M. L. R. Vilarinho
 DIRETORA ADM. FINANCEIRA / RGV
 CRN: 0794 / CPF: 150.329.903-10

COPIA DA ATENÇÃO
 14
 97
 COPIA DA ATENÇÃO



Pupilas: () Isocóricas () Anisocóricas () Reativa () Arreativas () Mióticas () Midríáticas
() Puntiformes () Médias

Olhos: (X) Normais () Hemorragia () Ictericia de esclerótica () Baixa acuidade visual () Lentes corretivas
() Processo inflamatório/infeccioso

Ouvidos: (X) Normais () Otorrágia () Lesão Outros:

Boca: (X) Sem anormalidades () Cáries () Falhas dentárias () Prótese () Lesão

f) SISTEMA RESPIRATÓRIO

Padrão: (X) Eupnéico () Bradipnéico () Taquipnéico () Dispnéico
() Tiragem intercostal () Traqueostomizado () TOT () JVM
() Macronebulização () O2 sob cateter nasal () O2 venturi

Ausculta: Murmúrio vesicular () Presente () Diminuído () Ausente

Ruidos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estertores () Tosse

Tipo: _____

Alterações: _____

ACIONAR O FISIOTERapeuta QUANDO O PACIENTE APRESENTAR TIRAGEM INTERCOSTAL

g) SISTEMA CARDIOVASCULAR

Perfusão Periférica: (X) Normal () Diminuída () Cianose Outros: _____

Ausculta cardíaca: (X) Normal () Bradicardia () Taquicardia Ritmo: (X) Regular () Irregular

Acesso Venoso: (X) Sim () Não Qual: AVP em MSD realizado

Faz uso de marcapasso: () Sim (X) Não Há quanto tempo: _____

h) SISTEMA GASTROINTESTINAL

Abdomen: (X) Flácido () Tenso () Plano () Globoso () Simétrico () Assimétrico () Escavado () Distendido
() Timpânico () Doloroso

Ruidos Hidroaéreos: (X) Ausente () Presente, tipo: () Hiperativos () Hipoativos

Estômias: () Não () Sim Qual: _____

Tipo de Dieta: () Enteral () Parenteral Vias: (X) Oral () SNG () SOG () SNE () Jejunostomia () Gastrostomia

Aceitação da dieta: (X) Sim () Não () Parcialmente

Eliminações Intestinais: (X) Normais () Constipação () Diarréia () Melena () Enterorragia () Obstipação

i) MUSCULO ESQUELÉTICO

Deambulação: () Sem auxílio () Com auxílio, Qual dispositivo? () Muleta () Andador

Utiliza prótese/órtese? (X) Não () Sim Tipo: _____

Sensibilidade: (X) Não () Sim Tipo: () Parestesia Qual lateralidade? _____

Déficit motor: () Não (X) Sim Tipo: () Hemiplegia () Hemiparesia () Direito
() Esquerdo () Tetraplegia () Paraplegia

Tonicidade: () Rígido () Flácido () Direito () Esquerdo

Imobilização: () Não (X) Sim Lateralidade? MIE

Movimenta os quatro membros: (X) Sim () Não Risco de queda: () Sim (X) Não

ACIONAR O FISIOTERapeuta QUANDO O PACIENTE APRESENTAR PARESIA E/OU HEMIPARESIA

j) SISTEMA TEGUMENTAR

Pele: (X) Inteira () Desnutrida () Hidratada () Desidratada () Normocorada () Hipocorada () Ictericia () Edema
() Lesionada Local: _____ Escala de Braden: Risco moderado Risco de pele

Lesão por pressão: () Sim (X) Não Classificação: 1 () 2 () 3 () 4 () Inclassificável () 47

k) APARELHO GENITOURINÁRIO

Urinar: (X) Espontânea () Incontinência () Retenção Urinária () Fraída

Dispositivo Urinar: (X) Não () Sim Tipo: () Sonda de alívio () Sonda de Foley () Cistostomia

Alterações: () Ardência () Leucorréia () Prurido () Disúria () Oligúria () Poliúria () Anúria () Hematúria

l) PADRÃO DE SONO: () Bom (X) Regular () Ruim () Insônia () Uso de sedativo-calmanantes: () Não () Sim

Dr. Cassia M. L. B. Vilarinho
DIRETORA ADM. FINANCEIRA / EGV
CRN: 0784 / CPF: 153.329.903-10

ACORDO DE VARGA
CONFERE LUGAR ORIGINAL
Em 14/08/2019
CASSIA M. L. B. VILARINHO
CPF: 153.329.903-10
DE PRONTUÁRIO



330-6

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
AValiação DO RISCO DE QUEDAS

1. IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE				
NOME: <u>Paulo Sérgio Ferreira</u>				
DATA DE NASCIMENTO: <u>22/06/84</u>		IDADE: <u>32</u>		
DATA DA INTERNAÇÃO: <u>02/10/17</u>				
2. FATORES PREDISPONENTES (Marque com um "X")	1ª AVALIAÇÃO DATA	2ª AVALIAÇÃO DATA	3ª AVALIAÇÃO DATA	4ª AVALIAÇÃO DATA
Criança ≤ 5 anos				
Idosos ≥ 65 anos, sem acompanhante				
Uso de medicações que altera o SNC (exemplos: midazolam, bromazepam, diazepam, fenobarbital, morfina, nalbufina, carbamazepina, dexclorfeniramina, fenitoína, clorpromazina, isoflurano, halotano, thiopental, propofol). Outros:				
Uso de diuréticos/laxantes (urgência urinária/intestinal)				
Distúrbios neurológicos				
Dificuldades de marcha				
Déficit sensitivo (visão, audição, tato)				
Alteração do nível de consciência				
Indicação de repouso no leito				
3. GRAU DO RISCO DE QUEDAS (Marque com um "X")	1ª AVALIAÇÃO DATA	2ª AVALIAÇÃO DATA	3ª AVALIAÇÃO DATA	4ª AVALIAÇÃO DATA
Alto risco (vide verso)				
Baixo risco (vide verso)	X			
4. MEDIDAS PREVENTIVAS				
Não deixar o ambiente totalmente escuro*	X			
Pacientes que deambulam: utilização de calçados antiderrapantes*				
Orientar para que o paciente não se levante subitamente da cama pelo risco de hipotensão postural e tontura*				
Orientar para que toda saída do leito deve ser orientada pela enfermagem				
Orientar que exercícios de marcha e equilíbrio devem ser realizados apenas com o acompanhamento do fisioterapeuta				
Manter as grades da cama elevadas durante todo o período				
Manter a grade elevada (distal ao profissional) no momento de mobilização no leito				
Orientar necessidade de acompanhante	X			
Manter ao alcance do pacientes pertences e objetos mais utilizados				
Orientar sobre a necessidade de comunicar a enfermagem o período que o paciente permanecerá sem acompanhante				
Orientar sobre a necessidade de auxílio para as refeições				
Orientar sobre a leitura do folder para Prevenção de Quedas e do esclarecimento de qualquer dúvida com o enfermeiro	X			
Declaro que recebi o folder de orientação para Prevenção de Quedas em Ambiente Hospitalar na primeira avaliação e estou ciente do risco de queda avaliado, bem como entendi perfeitamente as orientações que me foram fornecidas.				
AVALIAÇÃO	PACIENTE/ACOMPANHANTE (Assinatura)		ENFERMEIRO (Assinatura)	
1ª	X <u>Paulo Sérgio Ferreira</u>		<u>[Assinatura]</u>	
2ª				
3ª				
4ª				

* Medidas preventivas adotadas para pacientes com Baixo Risco de Quedas

** As Avaliações posteriores deverão ser realizadas a cada 72 horas ou qualquer intercorrência que ocorra com paciente.

CONFERE COM ORIGINAL
Em 17/10/17
Edna Maria de Almeida Silva
Matrícula nº 013-9
CPF nº 07941011-7



AÇÃO	RESPOSTA	PONTUAÇÃO
Abertura ocular	Espontânea	4
	A voz	3
	A dor	2
	Nenhuma	1
Melhor Resposta verbal	Orientada	5
	Confusa	4
	Palavras inapropriadas	3
	Sons incompreensíveis	2
	Nenhuma	1
Melhor Resposta motora	Obedece comandos	6
	Dor localizada	5
	Retirada da flexão	4
	Flexão anormal	3
	Extensão anormal	2
	Nenhuma	1
		15
PONTUAÇÃO: < 3 (probabilidade de morte) 3 a 8 (grave necessidade de intubação) 9 a 12 (moderado) 13 a 15 (leve)		

4

5

6

15

Dr. Cássia M. L. B. Vilarinho
 DIRETORA ADM. FINANCEIRA / EGV
 CRM: 0794 / CPF: 150.329.903-10

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
 CONFERE COM ORIGINAL
 Em 14/05/2019
 Edna Maria Andrade Silva
 Matrícula: 012065-9
 CPF: 075.089.802-07
 CÓPIA DE PRONTUÁRIO





HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
GERÊNCIA DE ENFERMAGEM
COMISSÃO DE CONTROLE INFECÇÃO HOSPITALAR
NÚCLEO DE SEGURANÇA DO PACIENTE

AValiação e intervenções diárias para prevenção e acompanhamento de lesões por pressão - LPP

1. IDENTIFICAÇÃO:
Paciente: Paulo Sérgio Unidade Assistencial: Un III Leito: 330-6 DN: 22/06/84
Data de Admissão: 13/01/17
Data de Admissão na Unidade: 13/01/17 Procedência: HUT

2. AVALIAÇÃO

2.1.1 Admitido neste serviço com LPP: () SIM ☒ NÃO

2.1.2 Localização Anatômica: _____

2.1.3 Estágio: () I () II () III () IV

2.1.4 Data: ____/____/____

2.2 Riscos de nova (s) UPP (s): BASEADO NA ESCALA DE BRADEN () SIM ☒ NÃO

2.3 Surgimento de UPP neste serviço: () SIM ☒ NÃO

2.3.1 Localização Anatômica: _____

2.3.2 Estágio () I () II () III () IV

2.3.3 Data: ____/____/____

2.4 Condições Nutricionais: ☒ Satisfatória () Não Satisfatória

2.5 Incontinência: () Urinária () Feçal ☒ Ausente

2.6 Avaliação da Dor: ☒ SIM () NÃO

3. APLICAÇÃO DA ESCALA DE BRADEN

DESCRIÇÃO	1	2	3	4	PONTUAÇÃO
PERCEPÇÃO SENSORIAL	Totalmente Limitado	Muito Limitado	Levemente Limitado	Nonhuma Limitação	
UMIDADE	Completamente Molhado	Muito Molhado	Ocasionalmente Molhado	Raramente Molhado	
ATIVIDADE	Acamado	Confinado à Cadeira	Anda Ocasionalmente	Anda Frequentemente	
MOBILIDADE	Totalmente Imóvel	Bastante Limitado	Levemente Limitado	Não Apresenta Limitações	
NUTRIÇÃO	Muito Pobre	Provavelmente Inadequada	Adequada	Excelente	
FRICÇÃO E CISCALHAMENTO	Problema	Problema em Potencial	Nenhum Problema		
TOTAL:					

3.1 AVALIAÇÃO DA ESCALA DE BRADEN (INTERVENÇÕES DE ENFERMAGEM):

☒ RISCO BAIXO (15-18 PONTOS) 18 pontos

Cronograma de mudança de decúbito;

Otimização da mobilização; Proteção do calcanhar;

Manejo da umidade, fricção e ciscalhamento; uso de superfícies de redistribuição de pressão.

☒ RISCO MODERADO (13-14 PONTOS) 17 pontos

Continuar as intervenções do Risco Baixo;

Mudança de decúbito completo a 30°.

() RISCO ALTO (10-12 PONTOS)

Continuar intervenções do Risco Moderado;

Mudança de decúbito frequente.

Dr. César M. A. B. Vilarinho
DIRETOR ADM. FINANCEIRO HGV
CPF: 076.107.150-329-902-10

4. INTERVENÇÕES PARA PREVENÇÃO DAS LPPs

4.1 Avaliação diária das LPPs existentes: ☒ Sim () Não

4.2 Acompanhamento diário dos riscos de desenvolvimento de LPPs: ☒ SIM

4.3 Inspeção diária da pele: ☒ SIM () NÃO

4.4 Avaliação da umidade da lesão: ☒ SIM () NÃO

4.5 Utilização de cobertura especial: () SIM ☒ NÃO Qual? _____

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
CONFERE COM ORIGINAL
Em: 14/06/2019
Edna Maria de Silva
Médica de Plantão
CPF: 076.107.150-329-902-10





Teresina - PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

Prontuário: 201941 Nome: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES
Endereço: LUCRECIO DANTAS AVELINO 720 AGUA MINERAL
Cidade: TERESINA UF: PI CEP: 64007-500

Sexo: M DT. Nasc: 22/06/1984 Idade: 32 Anos Estado Civil: C Profissão: OUTROS
Cadastro: 13/01/2017 Telefone: 86 - 3214.2170 Cartão SUS: 701800212505179 CPF: 00743583329

Justificativa:

Data	Assinatura
13/10/17	X Marilene Araujo S. Gomes
14/10/17	X Marilene Araujo S. Gomes
15/10/17	X Marilene Araujo S. Gomes
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	
/ /	

Dr. Edna Maria da Silva
DIRETORA ADM. FINANCEIRA / HGV
CRM: 076 / CPF: 150.330.903-10

Data: / /

Ass. Médico Solicitante

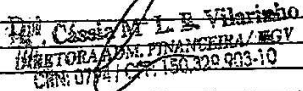
Auditor

Data: / /

Assinatura - CPF

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFIRME COM ORIGINAL
Em, 14/10/17
Edna Maria da Silva
Médico(a) 021065-0
CPF: 072.000.903-97



Paciente: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES		Idade: 32 Anos 6 Meses 22 Dias		Sexo: M	Prontuário: 201941
Endereço: LUCRECIO DANTAS AVELINO		Nº: 720	Bairro: AGUA MINERAL	Cidade: TERESINA	
UF: PI	DT. Nasc: 22/06/1984	Profissão: OUTROS	Telefone: 86 - 3214.2170	CPF: 007.435.833-29	Cartão SUS: 701800212505179
Internação: 13/01/2017			Alta: 19/01/17 às _____		Permanência: _____
Diagnósticos:			Situação na Admissão: _____		
CID Principal: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>					
CID Secundário: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>					
CID Causa Morte: <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>					
Evolução e Situação na Alta: _____					
Medicações Utilizadas: _____					
Cirurgia: Data: ____/____/____ Tipo: _____					
Planejamento Pós Alta ou Motivo da Transferência: _____					
<div style="text-align: center;">  Dr. Cassio M. L. B. Vilarinho DIRETORIA DE PLANEJAMENTO / EGY CRM: 0784 / CPF: 150.328.903-10 </div>					
Tipo de Alta: <input checked="" type="checkbox"/> 1.1.1. Curado <input type="checkbox"/> 1.2. Melhorado <input type="checkbox"/> 1.4. Pedido <input type="checkbox"/> 1.5. Alta com prev. retorno <input type="checkbox"/> 1.6. Evasão <input type="checkbox"/> 1.8. Outro Motivo <input type="checkbox"/> 1.9. Alta pac.agudo <input type="checkbox"/> 3. Transferência <input type="checkbox"/> 4. Óbito <input type="checkbox"/> 5. Administrativo					
Transferência: _____					
Vaga cedida por: _____					
Transporte: _____					
Nome: _____			Ass. Médico Assistente/Auxiliar/Residente		

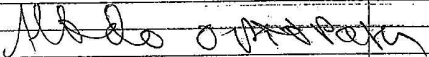
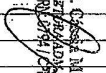
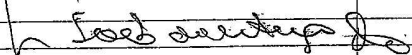
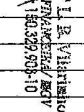
ORIGINAL Cópia VÁLIDA
 CONFERE COM ORIGINAL
 Em: 12/01/2017
 Luna M. da Silva
 Matrícula: 3083-9
 19/01/2017 17:17:10



SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS

PACIENTE^c

PAULO SÉRGIO FERREIRA GOMES

IDADE	CLINICA	ENFERMARIA	LEITO	PRONTUÁRIO	MÉDICO
32	NEFROLOGIA	330	06		WILSON
DATA	PRESCRIÇÃO MÉDICA	QUANT.	HORÁRIOS	OBSERVAÇÃO	
19/01/2017	POLITRAUMA JA OPERADO OMBRO E COTOVELO VEIO COM FRAT ACETABULO				
	DIETA LIVRE				
	OMEPRAZOL 40 VO PELA MANHA				
	DIPIRONA 500 VO 6/6HS				
	TRAMAL 50 VO- ATE DE 8/8HS				
	CLEXANE 40 SC 1X AO DIA				
	C GERAIS				
	COLOCAR 10KG NA TRAÇÃO M. INFERIOR ESQ				
	FISIOTERAPIA				
					
					

Dr. Cassa M. L. B. Vilela
Diretor Administrativo/REGV
CRN-8794/CR 150.329.908-10

Dr. Francisco das Chagas B. Sousa
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PI 38220

Altamirano 19.01.17



LAUDO MÉDICO		
Dados do Atendimento:		
Paciente: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES	Atendimento: 247811	
Prontuário: 201941	Idade: 32a 6m 27d	Sexo: M
Dt. Nasc.: 22/06/1984		
Dados da Solicitação:		
Pedido: 37764	Data Pedido: 16/01/2017	
Médico Solicitante: JOSE WILSON RODRIGUES		
Setor Solicitante: CL. GINECOLOGICA		
Unid. Internação / Leito: OCUPAÇÃO TEMPORARIA / OCUPA TE		
Convênio: SUS - INTERNACAO		
Cód. Procedimento: 02.06.03.003-7		Data do Laudo: 17/01/2017

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA QUADRIS

QUADRIL ESQUERDO

TÉCNICA: Foram realizados cortes axiais dos quadris de 10mm de espessura com intervalo de 10mm.

RELATÓRIO:

- Fratura cominutiva na borda pósterio-inferior do acetábulo esquerdo, com fragmentos ósseos junto ao contorno pósterio-inferior da cabeça femoral adjacente.
- Derrame articular no quadril esquerdo.
- Espaços articulares preservados.
- Estruturas musculares com densidade preservada.

Dr^a Cassia M^a L. B. Vilarinho
DIRETORA ADJ. FINANCEIRA/EGV
CRM: 07941/SP - CPF: 150.329.903-10

OSVALDO SOARES DE CARVALHO JUNIOR
3090

HOSPITAL GETULIO VARGAS
CONFERE COM ORIGINAL
Em 14/01/2017
Edna Maria de Souza Silva
Médico(a) Radiologista
CPF: 150.329.903-10
CASA DE PRONTOS-SOARES



Av. Frei Serafim, 2352 Centro - Fone: 86 3221-3040
TERESINA - PI CEP: 6400000 CNPJ: 06.553.564/0104-43

LAUDO MÉDICO

Dados do Atendimento:

Paciente: **PAULO SERGIO FERREIRA GOMES**
Prontuário: **201941** Atendimento: **247811**
Dt. Nasc.: **22/06/1984** Idade: **32a 6m 29d** Sexo: **M**

Dados da Solicitação:

Pedido: **38055** Data Pedido: **18/01/2017**
Médico Solicitante: **JOSE WILSON RODRIGUES**
Setor Solicitante: **CL. NEFROLOGIA**
Unid. Internação / Leito: **OCUPAÇÃO TEMPORARIA / OCUPA TE**
Convênio: **SUS - INTERNACAO**

Cód. Procedimento: **02.04.06.009-5**

Data do Laudo: **19/01/2017**

RADIOGRÁFIA DE BACIA

RELATÓRIO: O estudo radiológico da bacia realizado nas incidências em AP demonstra:

- Avulsão de fragmento ósseo no acetábulo esquerdo.

Dr. Cassia L. B. Vilarinho
DIRETORA ADM. FINANCEIRA / EGV
CRM: 0794 / CPF: 150.329.903-10

AL GETULIO VARGA
CONFERE COM ORIGINAL
Em: 14/01/2017
Idna Maria Andrade Silva
Matrícula: 019065-9
CPF: 075.080.303-97
CÓPIA DE PRONTUÁRIO

CARLOS AUGUSTO MOURA FE
1341

LAUDO MEDICO

Dados do Atendimento:

Paciente: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Prontuário: 201941

Atendimento 247811

Dt. Nasc.: 22/06/1984

Idade: 32a 6m 29d

Sexo: M

Dados da Solicitação:

Pedido: 38055

Data Pedido: 18/01/2017

Médico Solicitante: JOSE WILSON RODRIGUES

Setor Solicitante: CL. NEFROLOGIA

Unid. Internação / Leito: OCUPAÇÃO TEMPORARIA / OCUPA TE

Convênio: SUS - INTERNACAO

Cód. Procedimento: 02.04.04.011-6

Data do Laudo: 19/01/2017

RX OMBRO ESQUERDO

RELATÓRIO: O estudo radiológico do ombro esquerdo realizado nas incidências AP e rotação interna e externa demonstra:

- Fraturas recentes no terço lateral da clavícula e no úmero proximal com presença de placa e parafusos no úmero.
- Edema de partes moles.

Dr. Cassia M. L. R. Vilela
DIRETORA ADM. FINANCEIRA / EGY
CRM: 0924 / CFE: 150.829.903-10

CONFERE COM ORIGINAL
Em 14/01/2017
Edna Maria de Silva
Médico: 019065-9
CPF: 075.060.303-97
ÁREA DE PRONTUÁRIO

CARLOS AUGUSTO MOURA FE
1341



Paciente: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES	Atendimento: 247811	Sexo: M
Prontuário: 201941	Idade: 32a 6m 29d	
Dt. Nasc.: 22/06/1984	Dados da Solicitação:	
Pedido: 38055	Data Pedido: 18/01/2017	
Médico Solicitante: JOSE WILSON RODRIGUES		
Setor Solicitante: CL. NEFROLOGIA		
Unid. Internação / Leito: OCUPAÇÃO TEMPORARIA / OCUPA TE		
Convênio: SUS - INTERNACAO	Data do Laudo: 19/01/2017	
Cód. Procedimento: 02.04.04.007-8		

RADIOGRAFIA DO COTOVELO ESQUERDO

- Fratura recente no olecrânio fixada com fios metálicos.
- Edema de partes moles.

Dr. Cassia M. L. E. Vilarinho
DIRETORIA ADM. FINANCEIRA / ECV
CRM: 07954 / CPF: 150.329.903-10

DOCUMENTO ORIGINAL
CONFERE COM ORIGINAL
Em 14/01/2017
Eduardo M. da Silva
CPF: 07954 - 00065-9
CPF: 07954 - 00065-9
CPF: 07954 - 00065-9

CARLOS AUGUSTO MOURA FE
1341





HUT - HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA

Laboratório Dr. Zenon Rocha

Rua Dr. Otto Tito, 1820 - Redenção - Teresina-PI - Telefone: (86) 3229-4247

Nome : PAULO SERGIO FERREIRA GOMES
Id, Sx : 32a , M
Pedido: 3292118
Médico: FLAVIO MACIEL BARBOSA DE SANTANA
Emissão: 06/01/2017 às 01:52

Fl. 1/36
Registro: 11138025
Clínica: P01
Origem : HUT-HUT
Destino: HUT
Cadastro: 05/01/2017 às 23:01

Coletado em 06/01/2017 às 23h 43min
HEMOGRAMA COMPLETO

Liberação em 06/01/2017 às 01:52

ERITOGrama

Hemácias 5.04 milhões/mm3
Hemoglobina 14.7 g/dL
Hematócrito 42.8 %
V.C.M. 84.9 fL
H.C.M. 29.2 uug
C.H.C.M. 34.3 g/dL
R.D.W. 12.4 %

VALORES DE REFERÊNCIA

Homem	Mulher
4.50 a 6.50	4.00 a 5.50
13.50 a 18.00	11.50 a 16.00
40.00 a 54.00	36.00 a 48.00
84.00 a 100.00	76.00 a 96.00
29.0 a 34.0	26.0 a 32.0
31.0 a 36.0	28.0 a 34.0
11.0 a 14.0	10.0 a 12.0

Observações:

Dr. Cassia M. L. E. Vilarinho
DIRETORA-ADJ. FINANCEIRA/EGV
CRM: 07947/CPF: 150.329.503-10

LEUCOGrama

Leucócitos 17800 mm3
Neutrófilos 14952 mm3 84.0 %
Segmentados 14952 mm3 84.0 %
Bastões 0 mm3 0 %
Metamielócitos 0 mm3 0 %
Mielócitos 0 mm3 0 %
Promielócitos 0 mm3 0 %
Eosinófilos 0 mm3 0 %
Basófilos 0 mm3 0 %
Linfócitos 1780 mm3 10.0 %
Monócitos 1068 mm3 6.0 %

VALORES DE REFERÊNCIA

Adultos	1 a 10 anos	11 a 15 anos	16 a 20 anos
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000
4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000	4.000 a 10.000

Observações

ALGUNS NEUTROFILOS COM GRANULAÇÕES TÓXICAS FINAS

Contagem de PLAQUETAS 214000 mm3
Observações

VALOR DE REFERÊNCIA: 140.000 a 450.000 mm3

Método: Automação
Material: SANGUE TOTAL

ASSINADO ORIGINAL
CONFERE COM ORIGINAL
Em, 14/10/2017
Edna Maria
Matrícula: 019065-9
CPF: 076.080.303-97
Cópia de 17/10/2017

BRB Santos



HOSPITAL GETULIO VARGAS
LABORATÓRIO DE HEMATOLOGIA

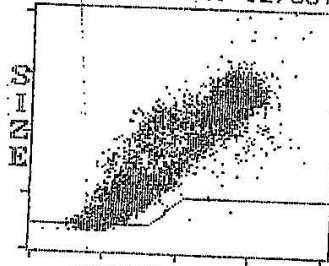
Specimen ID: 201941
Patient: PAULO G. GOMES
Sex: M DOB: 22 Jun 1984
Param: 1 Limits: 1

14 Jan 2017 15:48
Operator ID: 180
Sequence #: 7791
Open Sampler

X-B RBC: 5/OUT2 X-B WBC: 12/OUT2

WBC 8.000 K/uL
NEU 56.0%
LYM 39.0%
MONO 4.0%
EOS 0.0%
BASO 1.0%

SUSPECT - 50
(WOC) L39
NRBC m08.
0002
Cast 01



Leucócitos normais
RBC 4.40 M/uL
HGB 13.0 g/dL
HCT 39.0%
MCV 88.6 fL
MCH 29.5 pg
MCHC 33.2 g/dL
RDW 14.1%

Hemácias normais
PLT 340 K/uL
MPV 10.0 fL
PCT 1.9%
PDW 16.1% (GSD)

cre 3.1

TS 1'00"

TE 7'00"

Re neg

Rt total

Dr. Cassia M. L. E. Vilarinho
DIRETOR ADM. FINANCEIRA/EGV
CRM: 0784 / CPF: 150.320.933-10

COPIA COM ORIGINAL
Edna Maria de Almeida Silva
Motricidade: 0.0055-9
CPF: 075.000.000-97
Assinado eletronicamente por: JOSE FRANCISCO PROCEDOMIO DA SILVA - 27/11/2019 17:17:10
http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19112717170843500000007047714
Número do documento: 19112717170843500000007047714

Rio de Janeiro, 09 de Junho de 2017

Carta nº: 11124368

A/C: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Sinistro/Aviso Sinistro Líder: 3170310410 ASL-0216888/17
Vitima: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES
Data Acidente: 05/01/2017
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: AVISO DE SINISTRO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que consta em nossos registros, a abertura do pedido de indenização.

Para acompanhar o seu processo, acesse o site www.seguradoralider.com.br, ou ligue para a SAC DPVAT 0800 022 12 04.

Para fazer a consulta, tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário. Ao digitar qualquer um desses números no site www.seguradoralider.com.br, não utilize barras, pontos ou traços.

Outras informações importantes sobre o seu pedido de indenização:

- O prazo para recebimento da indenização é de até 30 dias. Durante a análise do seu pedido, podem ser solicitados documentos ou informações complementares.
- Quando isso ocorre, o prazo de 30 dias é interrompido e se reinicia a partir da apresentação dos documentos ou das informações complementares.
- O Valor da garantia é de R\$ 13.500,00 para a Natureza Morte, até R\$ 2.700,00 para reembolso de despesas médicas para a Natureza DAMS, e, para Natureza de Invalidez, é proporcionalmente ao grau da lesão sofrida e, na forma da lei, pode alcançar o limite máximo de R\$ 13.500,00.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Solicitamos que os documentos sejam encaminhados à SEGURADORA LÍDER DPVAT - REGULAÇÃO onde o sinistro foi cadastrado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01971/01972 - carta_01



Rio de Janeiro, 13 de Junho de 2017

Carta nº: 11139154

A/C: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Sinistro: 3170310410 ASL-0216888/17
Vítima: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES
Data Acidente: 05/01/2017
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

ATENÇÃO:

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00345/00346 - carta_02



Rio de Janeiro, 06 de Julho de 2017

Carta nº: 11263258

A/C: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Sinistro: 3170310410 ASL-0216888/17
Vitima: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES
Data Acidente: 05/01/2017
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: PAULO SERGIO FERREIRA GOMES

Valor: R\$ 7.087,50

Banco: 104

Agência: 000003828

Conta: 000005104-9

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Multa:	R\$	0,00
Juros:	R\$	0,00
Total creditado:	R\$	7.087,50

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros superiores 70%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 70%) 35,00%

Valor a indenizar: 35,00% x 13.500,00 = R\$ 4.725,00

Dano Pessoal: Perda funcional completa de um dos membros inferiores 70%

Graduação: Em grau leve 25%

% Invalidez Permanente DPVAT: (25% de 70%) 17,50%

Valor a indenizar: 17,50% x 13.500,00 = R\$ 2.362,50

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.seguradoralider.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 01499/01500 - carta_15R

